



**PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – PTS
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV
RESIDENCIAL SÃO BERNARDO**

**HABITAFOR
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA
FRANCISCA ELIANA GOMES
SECRETÁRIA DA HABITAFOR**

**GEORGE MIRSON SOUSA VIDAL
COORDENADOR DO NÚCLEO SOCIAL DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA/HABITAFOR**

**HELLYLANE PINHEIRO MENDONÇA
RESPONSÁVEL TÉCNICA**

MARÇO/2016



SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	1
DADOS DA CONTRATAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
VALORES DA INTERVENÇÃO	Erro! Indicador não definido.
EXECUÇÃO DO PTS.....	2
RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	2
PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO.....	2
2 APRESENTAÇÃO	3
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	4
4 OBJETIVOS	5
4.1 OBJETIVO GERAL	5
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
5 PROPOSTA.....	6
6 DIAGNÓSTICO	9
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E ENTORNO.....	9
6.1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	9
6.2. SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA	11
6.3 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	21
6.4 TEMPO E FORMA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA.....	31
6.5 TIPOLOGIA DA CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE.....	35
6.6 EXISTÊNCIA DE SITUAÇÕES DE RISCO	35
7 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA.....	36
7.1 PERFIL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR.....	37
7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	42
8 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	49
8.2 IDENTIFICAÇÃO DE ASSOZIAÇÕES E ONG'S NA ÁREA DO EMPREENDIMENTO	Erro! Indicador não definido.
9 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	50
9.1 DETALHAMENTO METODOLÓGICO DAS ATIVIDADES	61
9.1.1 EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	64
9.1.2 EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL.....	64
9.1.3 EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	64
9.2 FONTES DE PARCERIAS	Erro! Indicador não definido.
10 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS	87
10.1 RECURSOS HUMANOS	90
10.1.1 EQUIPE TÉCNICA SOCIAL	Erro! Indicador não definido.
10.1.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULO	Erro! Indicador não definido.
10.1.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS	Erro! Indicador não definido.
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS	10Erro! Indicador não definido.
17. ANEXOS.....	Erro! Indicador não definido.
17.1 RESOLUÇÃO Nº 47, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.....	Erro! Indicador não definido.
17.2 MANIFESTAÇÃO QUANTO A EXECUÇÃO DO EIXO DE GESTÃO CONDOMINIAL ...	Erro! Indicador não definido.
definido.	
17.3 CRONOGRAMA GERAL DE EXECUÇÃO	Erro! Indicador não definido.

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Programa: Minha Casa Minha Vida	Contrato CAIXA nº PT: 0301.336-12		
Ação/Modalidade: PMCMV– Faixa 1	Fonte de recursos: Fundo de Arrendamento Residencial – FAR		
Empreendimento: Residencial São Domingos			
Localização/Município: Rua 2, 505 - Conjunto Planalto Mirassol - Serrinha – Fortaleza			UF: CE
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Fortaleza			
Telefone: (85) 3488.3376 / (85) 3488-3377 / (85) 3488-3379			
E-mail: presidenciahabitafor@fortaleza.ce.gov.br			
Agente executor: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR			
Telefone: (85) 3488-3376		Email: habitafor@fortaleza.ce.gov.br	

1.2 VALORES DA INTERVENÇÃO

Composição do Investimento	Obras	PTS	Gestão Condominial	TOTAL
Repasse/Financiamento	3.581.079,90	53.349,55	17.783,18	3.652.212,63

1.3 EXECUÇÃO DO PTS

1.3.1 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Área gestora do Trabalho Social: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) – Núcleo Social do Programa Minha Casa Minha Vida	
Responsável técnica social: Hellylane Pinheiro Mendonça	
Formação: Assistente Social	Registro profissional: CRESS nº 4816 3ª região/CE
Telefone: (85) 3488-3379	Email: hellypin@hotmail.com

1.3.2 PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

Prazo de obras	Prazo do PTS	Forma de execução do PTS
Entregue em 2012	08 meses	Indireta
Empresa responsável pela elaboração do PTS: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR		



2 APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 2003, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) atua junto à política habitacional do município de Fortaleza no que se refere à garantia do direito à moradia digna para a população tendo em vista o déficit habitacional no município que conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP, em 2010, era de 95.166 unidades. Para o cálculo do déficit habitacional é observado as seguintes variáveis: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados FJP (2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a projeção da população brasileira em 2014 giraria em torno dos 201 (duzentos e um) milhões de habitantes. Assim, a cidade de Fortaleza consiste na 5ª (quinta) maior capital do país com 314,930 km², e apresenta o número de 2.452.185 pessoas residentes, conforme censo do ano de 2010 do IBGE.

Com o intuito de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações para famílias brasileiras, o Governo Federal lançou no ano de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. A execução do referido Programa se dá pelos os estados e municípios, com a gerência do Ministério das Cidades e operacionalização pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou Banco do Brasil. Os recursos do PMCMV decorrem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que e dividem-se em duas proposições distintas:

1) Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU)

Tem por objetivo promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

Tem por objetivo favorecer a construção ou a reforma de imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbana existem faixas de renda definidas para aquisição e alienação dos imóveis. No viés urbano existe a Faixa 1 que objetiva a produção de unidades habitacionais, que ao serem concluídas são vendidas sem arrendamento prévio às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).

Desde o ano de 2011, o município de Fortaleza entregou 06 (seis) residenciais do PMCMV, o que significa a oferta de 976 unidades habitacionais a população munícipe. Todavia, o presente Projeto de Trabalho Social trata especificamente do Residencial São Bernardo, pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida na Faixa 1, e que é situado à Rua 02, 505 – Conjunto Planalto Mirassol - Serrinha, na área de abrangência da Regional IV. O Residencial é constituído por 80 unidades habitacionais entregues em novembro/2012, onde a seleção das famílias beneficiadas ocorreu na gestão municipal do quadriênio 2009/2012.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Importante salientar que em paralelo à produção de habitações de interesse social definiram-se normativos específicos do Ministério das Cidades (Portarias e Resoluções) que versam sobre o planejamento e execução de ações relativas ao Trabalho Social mediante a produção de um Projeto de Trabalho Social (PTS) e que deve ser implementado com as famílias beneficiárias no PMCMV. (PORTARIA Nº 168, de 12 de Abril de 2013 e PORTARIA Nº 21 de 22 de Janeiro de 2014).

O Trabalho Social (TS) enquanto um instrumento de cidadania possibilita a participação da população beneficiária na tomada de decisões sobre suas necessidades e a realidade na qual está inserida, garantindo assim um espaço para sua participação e posicionamento possibilitando a readequação das ações previstas às necessidades particulares daquele público específico, alvo da intervenção, contribuindo assim, para a sustentabilidade e o sucesso das intervenções.

O TS no Residencial São Bernardo mostra-se relevante por tratar-se de um empreendimento inserido na nova perspectiva de gestão municipal das habitações de interesse social, com foco na

participação e promoção da cidadania dos beneficiários. Como definido nos normativos específicos que o regulamentam, o TS deve iniciar-se antes da transferência das famílias para as novas unidades habitacionais, contudo tendo em vista que isso não se efetivou no empreendimento em questão, buscaremos conciliar as especificações para sua produção a realidade posta de pós-ocupação de 02 (dois) anos e 09 (nove) meses.

Por fim, utilizou-se para a elaboração do presente PTS o arcabouço teórico contido no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) de maio de 2013.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Promover a participação social, a concretização dos direitos sociais e a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias do Projeto; através de um trabalho sócioeducativo que assegure a sustentabilidade das intervenções propostas, por meio da participação ativa e integrada dos moradores no processo interventivo baseados nos eixos Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, e Geração de Trabalho e Renda.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Proporcionar o conhecimento da intervenção do trabalho social e seus impactos junto às famílias visando a adesão das mesmas;
- ❖ Capacitar as lideranças representativas do Residencial acerca da organização e gestão comunitária;
- ❖ Identificar as demandas pontuadas pelas famílias beneficiárias, e realizar os encaminhamentos pertinentes;
- ❖ Acompanhar estrategicamente as atividades realizadas junto às famílias pela equipe responsável pelo Eixo de Gestão Condominial e Patrimonial;
- ❖ Esclarecer e divulgar junto às famílias acerca dos benefícios sociais oriundos do Cadastro Único;

- ❖ Viabilizar o conhecimento dos equipamentos sociais existentes no entorno do Residencial de modo a otimizar a participação nos mesmos;
- ❖ Reforçar junto às famílias sobre a correta separação/destinação dos resíduos sólidos a fim de propiciar a preservação ambiental de forma e saudável e ecologicamente sustentável;
- ❖ Proporcionar alternativas financeiras de readequação da renda familiar, com vistas a organização e gerenciamento das despesas domésticas;
- ❖ Incentivar a participação comunitária na arborização das áreas comuns, na recuperação, conservação e defesa do meio ambiente a partir do plantio de árvores;
- ❖ Fomentar a articulação das ações através de parcerias/arranjos institucionais, bem como obter maior integração entre beneficiários e as instituições;
- ❖ Suscitar a prevenção do uso de drogas por parte dos adolescentes visando a melhoria dos níveis de segurança e qualidade de vida dos mesmos;
- ❖ Estimular a criação de novos hábitos sanitários e ambientais, bem como ampliar a integração entre os vizinhos;
- ❖ Proporcionar a capacitação/qualificação profissional e o empreendedorismo dos beneficiários com vistas à sua melhoria econômica e financeira com a perspectiva de inserção no mercado de trabalho e a elevação da renda familiar;
- ❖ Identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos através da realização do trabalho social;
- ❖ Suscitar hábitos de saúde preventiva proporcionando a redução e prevenção de doenças.

5 PROPOSTA

É importante frisar aqui que a seleção das famílias a serem beneficiadas no PMCMV é uma das atribuições do município responsável através da operação contratada e deve ponderar critérios nacionais e municipais para hierarquização e elegibilidade de tais famílias. Os critérios nacionais de priorização para seleção de beneficiários no Programa segundo a Portaria nº 595/2013, conforme disposto também na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, são:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;

c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Já os critérios locais aprovados pelo município de Fortaleza mediante Resolução nº 47 de 27 de agosto de 2013 (ANEXO B) são os seguintes:

I – Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme o Artigo 13 da Lei Municipal nº 9.798/2011;

II – Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas com intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;

III – Famílias da qual façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves). § 1º - No caso de famílias com pessoas com deficiência e idosos, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar àquelas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); § 2º - No caso de beneficiários do Programa de Locação Social, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar os egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional.

Por fim, os beneficiários do PMCMV devem estar obrigatoriamente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) ou mesmo serem inseridos no decorrer do processo de seleção e hierarquização municipal.

Entretanto, a seleção das famílias habitantes no Residencial São Bernardo ocorreu no decorrer do ano de 2012 pela HABITAFOR, tendo sido providenciado a documentação para análise das famílias por meio de dossiês encaminhados posteriormente à CEF para validação das famílias candidatas. Após a aprovação da CEF a lista definitiva foi instituída, e desta forma as 80 (oitenta) famílias selecionadas realizaram visitas guiadas e loteamento/sorteio (dia 12/11/2012), vistoria e mudança para suas respectivas unidades no então mês de novembro de 2012. A data oficial da entrega das chaves do Residencial São Bernardo foi dia 14 de novembro de 2012.

Das 80 (oitenta) unidades habitacionais, a maioria foi ocupada por seus beneficiários até o final do ano de 2012, estando até o presente momento desocupada apenas o apartamento 101, do

Bloco H. A referida unidade foi loteada no nome da Sra. Mônica Belchior Forte, portadora do RG 20074153018 SSP/CE e CPF 607.615.093-99, que apresentava sérios problemas de saúde, estando à época impossibilitada de realizar a assinatura do contrato junto à Caixa Econômica Federal. A família da referida senhora deu entrada em uma Ação de Interdição (curatela) que tramitou na Defensoria Pública Geral do Estado, Processo nº 0053385-95.2012.8.06.0001, na 8ª Vara de Família, mas a decisão saiu tardiamente, 02 (dois) dias após o falecimento da Sra. Mônica, ficando assim o imóvel desocupado a espera da definição se a família da mesma continuava dentro do perfil para o beneficiamento.

Todavia, nesse ínterim o imóvel foi ocupado irregularmente por moradores do próprio Residencial. Depois de tramitada a ação de reintegração de posse, ocorreu a reintegração da unidade à família da Sra. Mônica Belchior e na ocasião estão em processo de contratação, visto a CEF encontrar-se procedendo a reformas estruturais na unidade habitacional.

Considerando os aspectos já expostos e a necessidade de executar prontamente o TS, em consonância com a solicitação feita à PMF pela Caixa Econômica Federal (CEF), elaborou-se a presente proposta de Trabalho Social de acordo com as demandas específicas da população beneficiária. Tal Projeto impetrou embasamento através do levantamento socioeconômico realizado *in loco* em janeiro de 2015 nas unidades habitacionais, com a aplicação de instrumental utilizado pela HABITAFOR denominado de Boletim de Informações Cadastrais (BIC).

O PTS contempla ações que complementam a ação estrutural da realocação das famílias nas unidades habitacionais, englobando alguns eixos de atuação: Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR). Já sobre o eixo da Gestão Condominial, a HABITAFOR, através do Ofício nº 1245/2014 (ANEXO A), deixou a cargo da Caixa Econômica Federal a contratação de empresa especializada para realização das atividades do referido eixo.

Cada um destes eixos do PTS deve prever e contemplar conteúdos mínimos e ações efetivas para a promoção destes, sendo de responsabilidade da Entidade Proponente/Executora no caso a Prefeitura Municipal de Fortaleza através da HABITAFOR, seu planejamento e execução ou ser o mesmo terceirizado mediante processo licitatório. Para a execução do Trabalho Social no Residencial São Bernardo, a gestão municipal optou pela execução de forma indireta, ou seja, por

meio da contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada em ações sócioeducativas em intervenções de habitação.

6 DIAGNÓSTICO

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E ENTORNO

6.1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

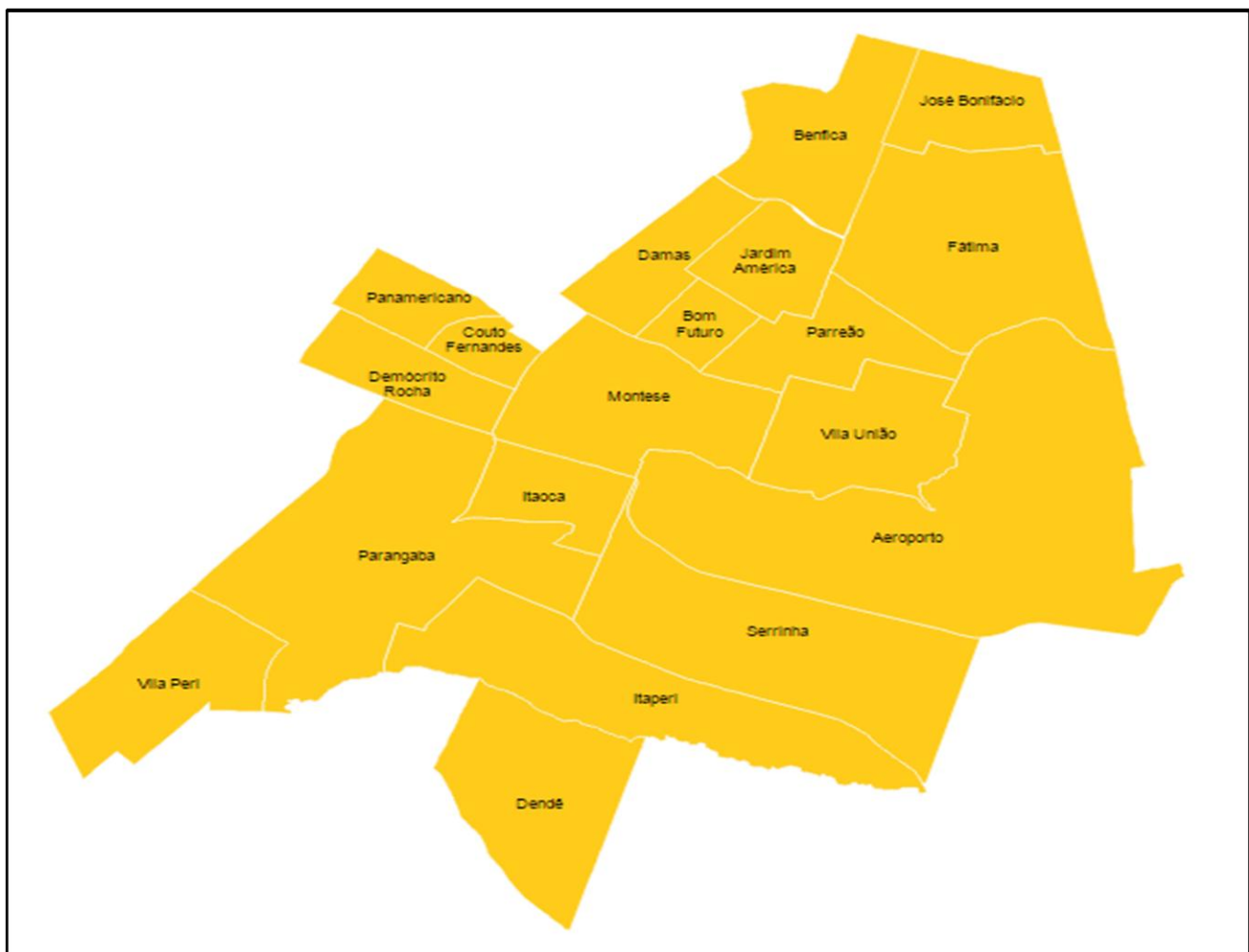
O bairro onde se situa o empreendimento, Serrinha, possui uma área total de 1,713km², uma população estimada em 28.770 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,282. O bairro da Serrinha está localizado na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional IV (SER IV) a sudeste do município de Fortaleza.

A SER IV possui um número aproximado de 305 mil habitantes, segundo dados da Prefeitura de Fortaleza, e é compreendida por 19 bairros, a saber:

- José Bonifácio,
- Benfica,
- Fátima,
- Jardim América,
- Damas,
- Parreão,
- Bom Futuro,
- Vila União,
- Montese,
- Couto Fernandes,
- Pan Americano,
- Demócrito Rocha,
- Itaoca,
- Parangaba,
- Serrinha,

- Aeroporto,
- Itaperi,
- Dendê, e
- Vila Pery.

MAPA 1 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SECRETARIA REGIONAL IV



Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-IV>.

MAPA 2 – VISTA ÁREA DA LOCALIZAÇÃO DO RESIDENCIAL SÃO BERNARDO



Fonte: HABITAFOR, 2012.

6.2. SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA

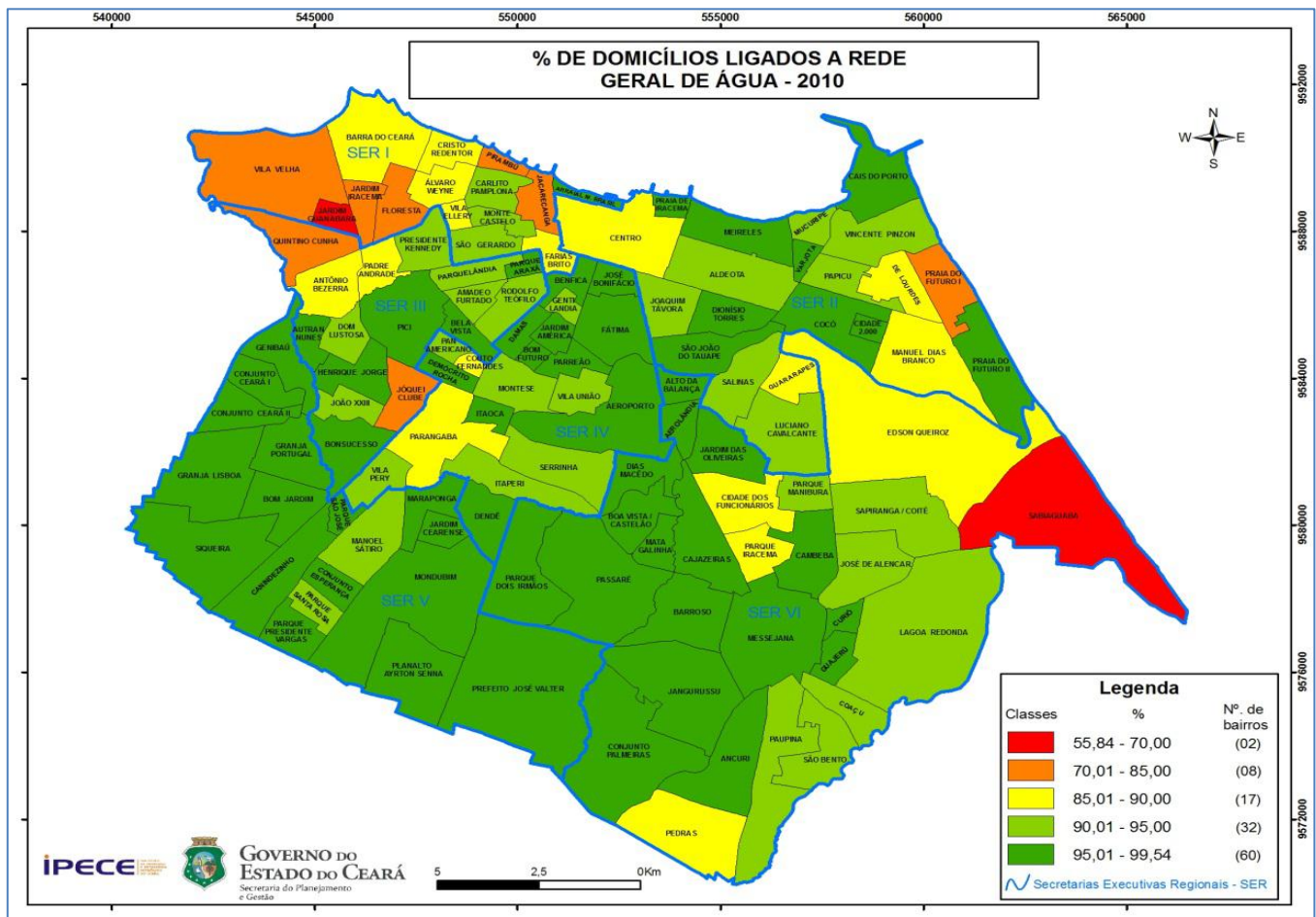
Com base nos dados obtidos através do documento publicado pelo Instituto de Pesquisa de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Informe nº 44 de novembro de 2012 que retratou as condições domiciliares de Fortaleza por bairro, usando com fonte de dados o Censo de 2010, podemos traçar um panorama do bairro Serrinha, onde o Residencial São Bernardo está localizado, destacando sua situação de relativo a:

❖ ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Com relação às residências ligadas a rede geral de abastecimento de água, Fortaleza possui um valor médio de 93,31%. Ressalta-se que este acesso é de fundamental importância para a

promoção da saúde e qualidade de vida da população, tendo em vista a grande quantidade de domicílios ainda sem acesso a esse fornecimento e que em muitos dos casos utiliza-se de água não-tratada inclusive para beber. No entanto o bairro Serrinha não se coloca entre os bairros com baixo percentual de acesso a esse serviço público, sendo 93,80% de seus domicílios ligados à rede geral de água.

MAPA 4 – PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ÁGUA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza.

Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

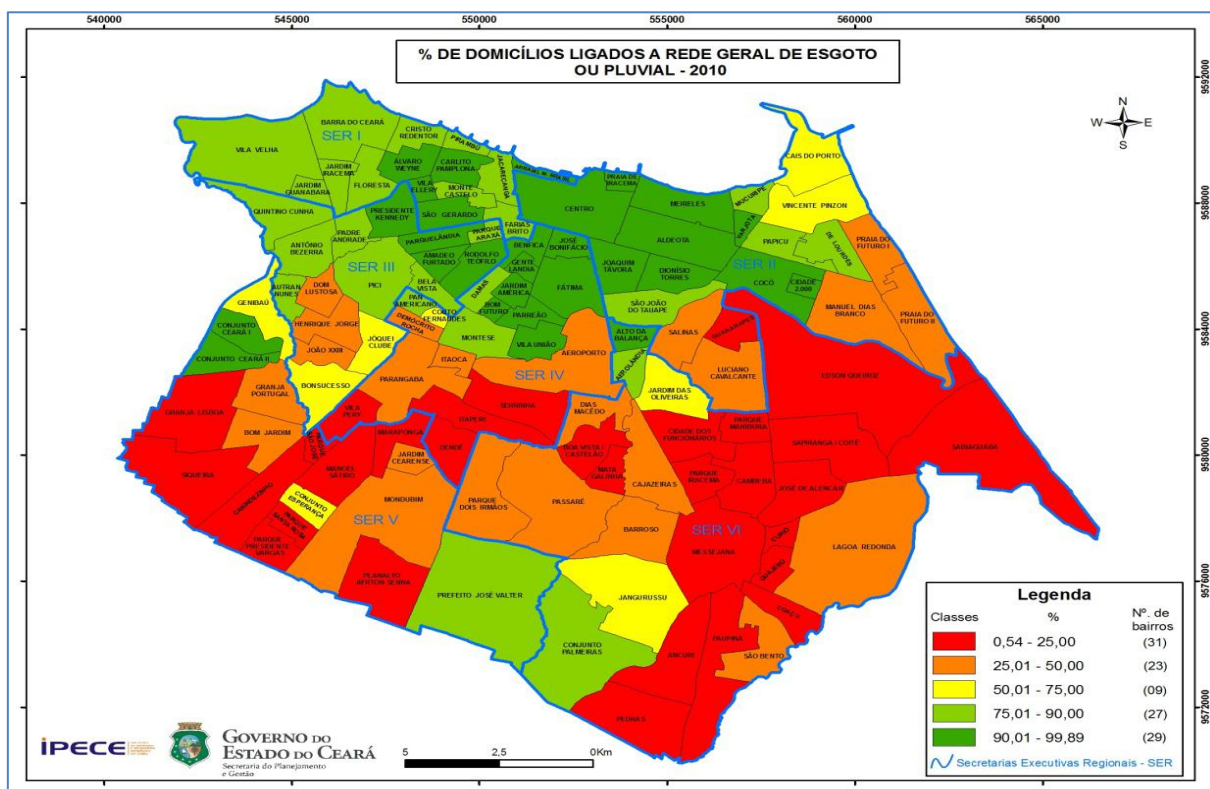
❖ ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Relativo à disponibilidade de acesso ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010, Fortaleza registrou um valor de 59,56% dos domicílios com este serviço disponível, contudo, existe uma significativa desigualdade na oferta deste na capital, sendo possível verificar que a maioria dos bairros situados nas SER I, II e III possui boa parcela dos domicílios contando com este serviço urbano; e em contrapartida, os bairros da SER V e VI são os mais carentes em relação a políticas públicas de esgotamento sanitário.

Não obstante dos avanços ocorridos na proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial em Fortaleza, conclui-se que a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e desigual na capital, necessitando de mais políticas de expansão da rede de coleta de esgotos na cidade no intuito de aumentar o percentual de cobertura, trazendo, deste modo, benefícios para a população em diversas áreas, como, por exemplo, na saúde, saneamento e meio-ambiente.

Especificadamente, no bairro Serrinha 16,33% de seus domicílios estão ligados à rede geral de esgoto, percentual ainda muito abaixo se comparado aos bairros com índices próximos a 100% existentes em nossa capital, conforme revela o mapa a seguir.

MAPA 5 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ESGOTO

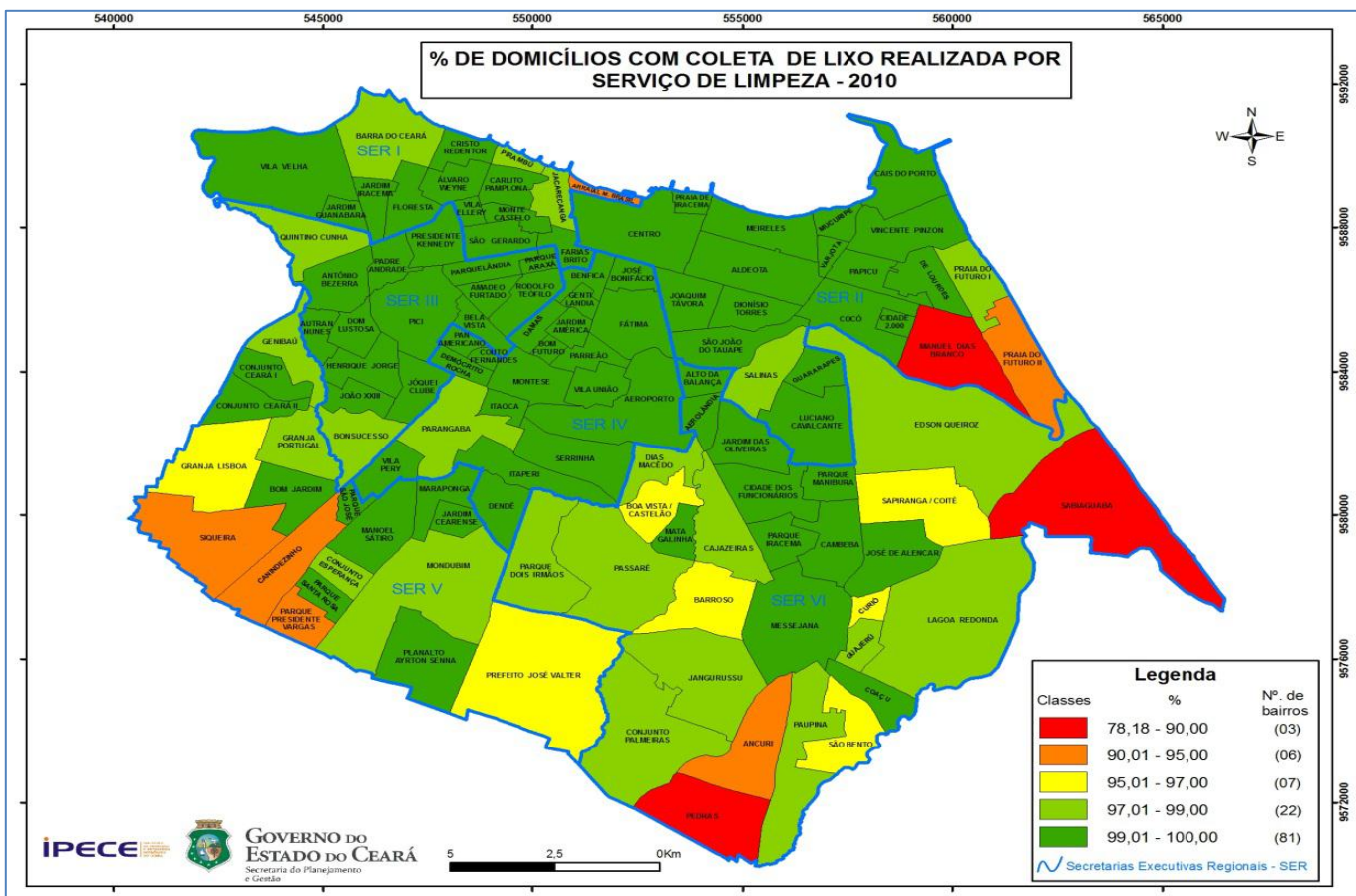


Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

❖ **COLETA DE LIXO**

O município de Fortaleza caminha para a universalização na oferta de coleta de lixo, possuindo um percentual de 98,75% das residências cobertas por esse serviço. A coleta de lixo dos domicílios acarreta impactos positivos na minimização de problemas na área ambiental e de saúde pública, melhorando, por conseguinte, a qualidade de vida da população. O bairro Serrinha possui 99,98% de domicílios com serviço de coleta de lixo realizado por serviço de limpeza, conforme é possível notar no mapa a seguir.

MAPA 6 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO REALIZADA POR SERVIÇO DE LIMPEZA



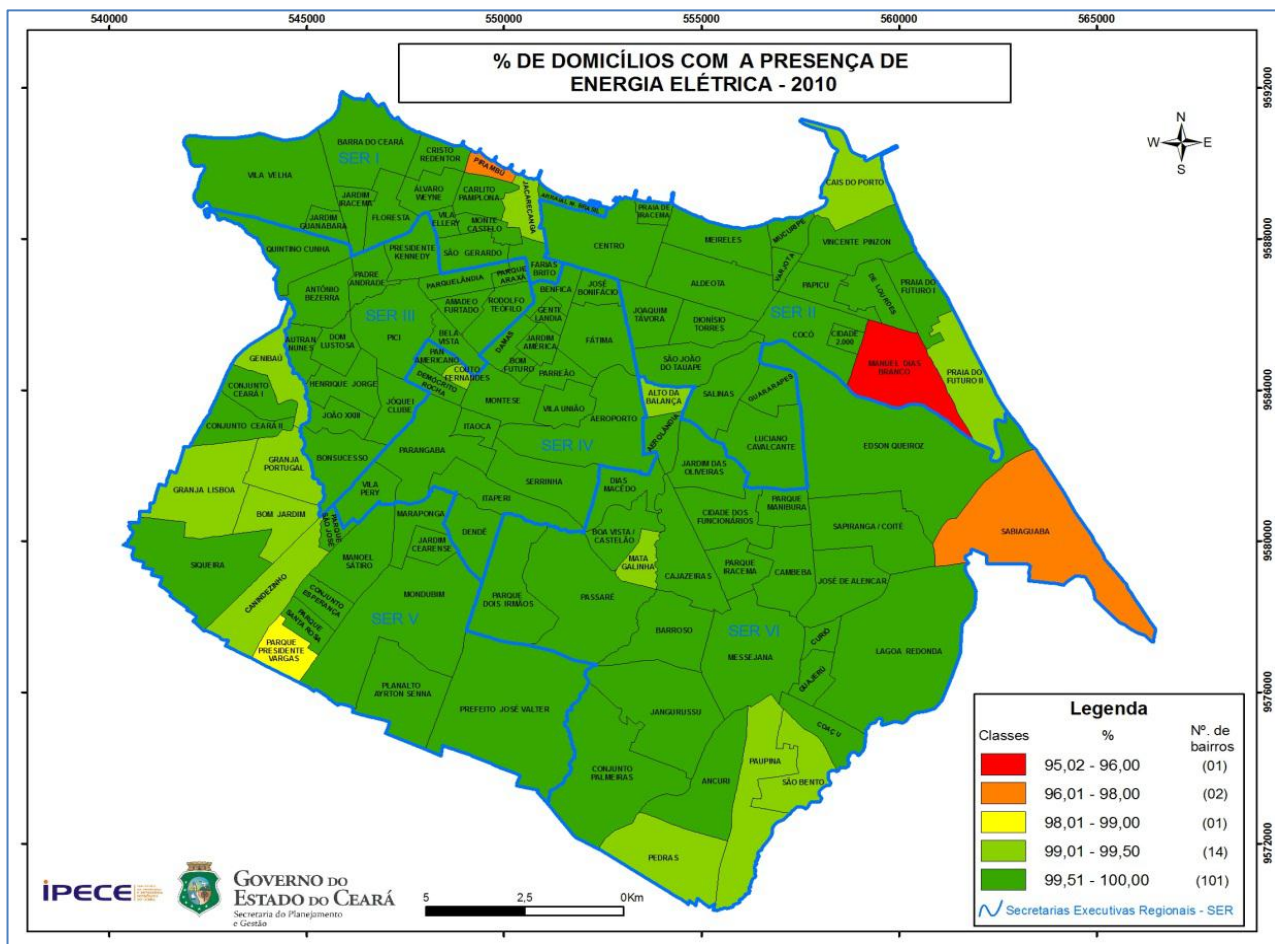
Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.



❖ ENERGIA ELÉTRICA

Disponibilizando o serviço de energia elétrica para 99,70% das residências o município de Fortaleza também favorece a universalização do acesso. O bairro Serrinha possui um percentual similar de acesso sendo de 99,73% de domicílios com a existência de energia elétrica, não figurando nesse percentual a proporção de ligações oficiais versus ligações clandestinas. O mapa a seguir exibe a distribuição territorial do indicador da proporção de domicílios com a presença de energia elétrica em nível de bairros, podendo-se identificar os bairros com os menores percentuais.

MAPA 7 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS COM EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

❖ TRANSPORTE PÚBLICO

O transporte realizado por ônibus em Fortaleza é operacionalizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SITFOR). Suas operações foram iniciadas em 1992 a partir da inauguração de dois terminais: o de Messejana e o Antônio Bezerra. A partir do ano de 2006, o SITFOR passou a ser regulamentado pela Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR), momento em que a gestão de transportes do município permaneceu totalmente pública.

O sistema proporciona ao usuário a opção de deslocamento através da integração física e tarifária em terminais de integração. A rede de linhas do SITFOR é baseada em dois tipos: as que fazem a integração bairro-terminal, as que integram o terminal ao centro da cidade ou ainda a outro terminal.

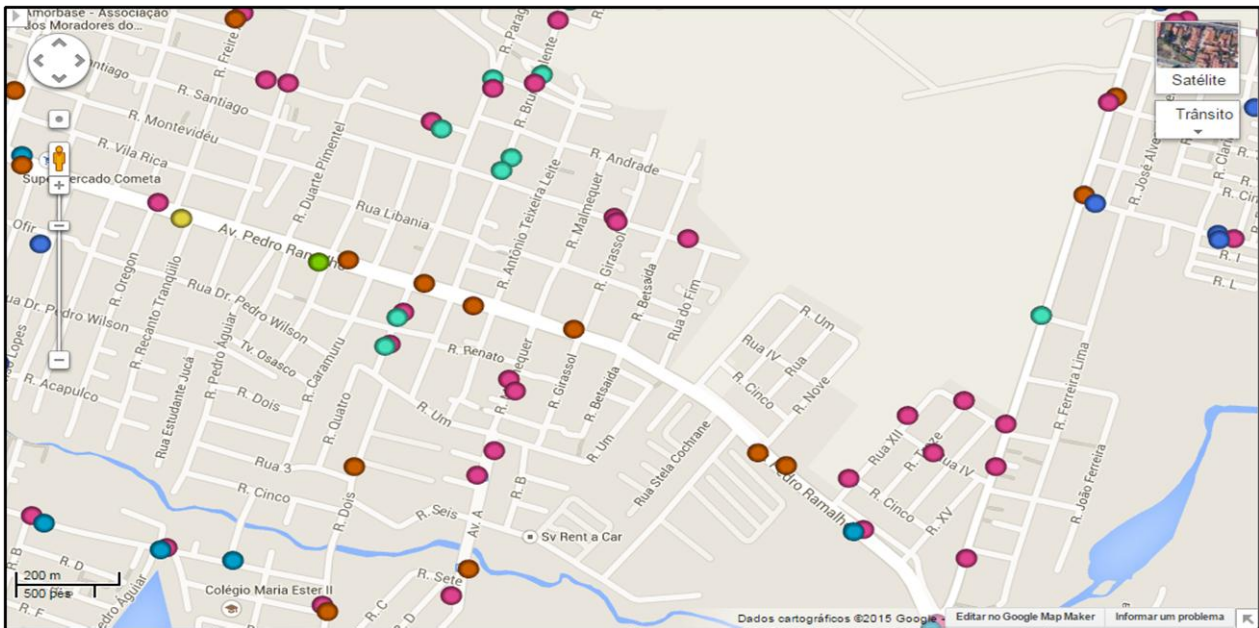
Atualmente mais de 1 milhão de passageiros por dia utilizam o SITFOR, onde este trabalha com 263 linhas de ônibus regulares, incluindo 22 “corujões”. Existem 07 (sete) terminais integrados (Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Messejana e Conjunto Ceará) e 02 (dois) terminais abertos (Praça Coração de Jesus e Praça da Estação). Cerca de 850 mil passageiros por dia utilizam os terminais fechados, através de 218 linhas de ônibus regulares (157 ligadas aos terminais integrados e 61 não integradas). São 25 empresas operantes com uma frota de 1.776 ônibus, além do transporte complementar de vans, táxi e mototáxi.

No entorno do Residencial São Bernardo circulam as seguintes linhas principais:

- ✓ 339 – Conjunto Veneza Tropical I/Parangaba;
- ✓ 349 – Conjunto Veneza Tropical II/ Parangaba, e,
- ✓ 405 – Parque Dois Irmãos/Expedicionários.

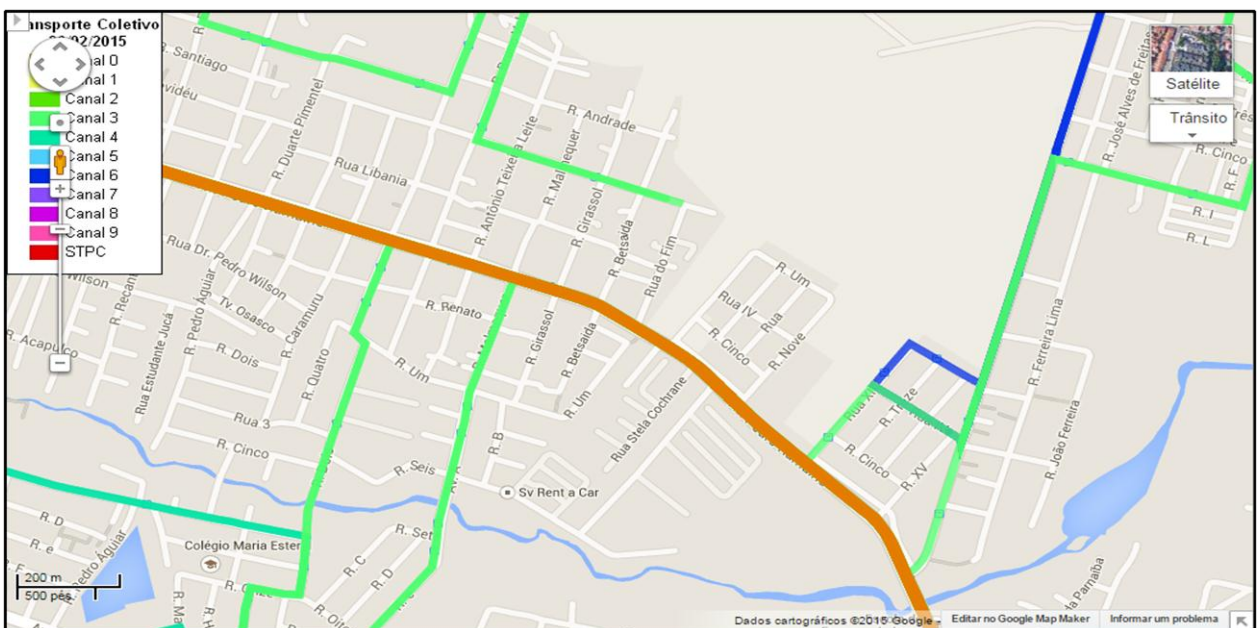
Logo abaixo se demonstra os mapas com a identificação dos pontos de paradas e linhas que circulam nas proximidades do referido Residencial São Bernardo:

MAPA 8 – PONTOS DE PARADAS NA REGIÃO DO RESIDENCIAL



Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=ptBR&q=http://www.etufor.ce.gov.br/googleearth/pontos_de_paradas.kml&output=classic&dg=feature. Acesso em 26/02/2015.

MAPA 9 – PERCUSOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS QUE ATENDEM NA REGIÃO DO RESIDENCIAL



Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=ptBR&q=http://www.etufor.ce.gov.br/googleearth/transporte_coletivo.kml&output=classic&dg=feature. Acesso em: 26/02/2015.

❖ ZONEAMENTO

O terreno localiza-se na porção central da cidade de Fortaleza, no bairro Parque Dois Irmãos, região da cidade sob a administração da Secretária Executiva Regional VI – SER VI, no qual tem como principais vias de acesso às ruas 02 e rua 08.

A área do terreno corresponde, aproximadamente, 8.670,00m² e está localizada na seguinte poligonal: Rua 02, ao leste e 08 ao Sul.

Em se tratando do Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo da cidade de Fortaleza (PDPFOR) - está inserido na Zona de Requalificação Urbana 2 (ZRU 2) , que faz relação as áreas com insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários.

A ZRU 2 incentiva investimentos para complementar a infraestrutura, principalmente de saneamento ambiental, tendo uma das prioridades a sub-bacia do rio Maranguapinho, como é o caso. Assim, o Plano Diretor regulamenta os seguintes instrumentos que deverão ser especialmente aplicados nos terrenos dessa Zona:

- ✓ IPTU progressivo no tempo;
- ✓ Desapropriação mediante pagamento por títulos da dívida pública;
- ✓ Direito de preempção;
- ✓ Direito de superfície;
- ✓ Operação urbana consorciada;
- ✓ Consórcio imobiliário;
- ✓ Estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- ✓ Estudo ambiental (EA);
- ✓ Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- ✓ Instrumentos de regularização fundiária;
- ✓ Outorga onerosa de alteração de uso.

No projeto do empreendimento foram respeitadas todas as diretrizes e índices específicos de ocupação do solo para estas áreas, respeitando os parâmetros estipulado no PDPFOR, tais como: índice de aproveitamento básico: 1,5; índice de aproveitamento máximo: 1,5; índice de aproveitamento mínimo: 0,1; taxa de permeabilidade: 30%; taxa de ocupação: 60%; taxa de ocupação de subsolo: 60%; altura máxima da edificação: 48m; área mínima de lote: 125m²; testada mínima de lote: 5m; profundidade mínima do lote: 25m.

Em relação a principal via de acesso do local, a Rua 02, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR) a classifica como uma Via Local, que é aquela destinada a atender ao tráfego local, com baixo volume de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros.

Em relação à classificação das atividades do terreno, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), será do grupo R (residencial) e subgrupo R (residencial) e constituído por conjunto habitacional de interesse social com prédios de apartamentos (Código 00.00.07, classe 09 – 10 PE) com porte máximo de 300. O número mínimo de vagas de estacionamento de veículos será de 01 vaga para 03 unidades.

O arruamento do terreno foi projetado com vias locais, distribuídas de modo a cobrir a totalidade das edificações a serem construídas. Segundo informações da ETUFOR, na localidade existem em operação 12 linhas de ônibus no qual, são utilizados 02 canais principais de passagem mais próximos do transporte coletivo, que são a Avenida Silas Munguba e a Avenida Veneza Tropical.

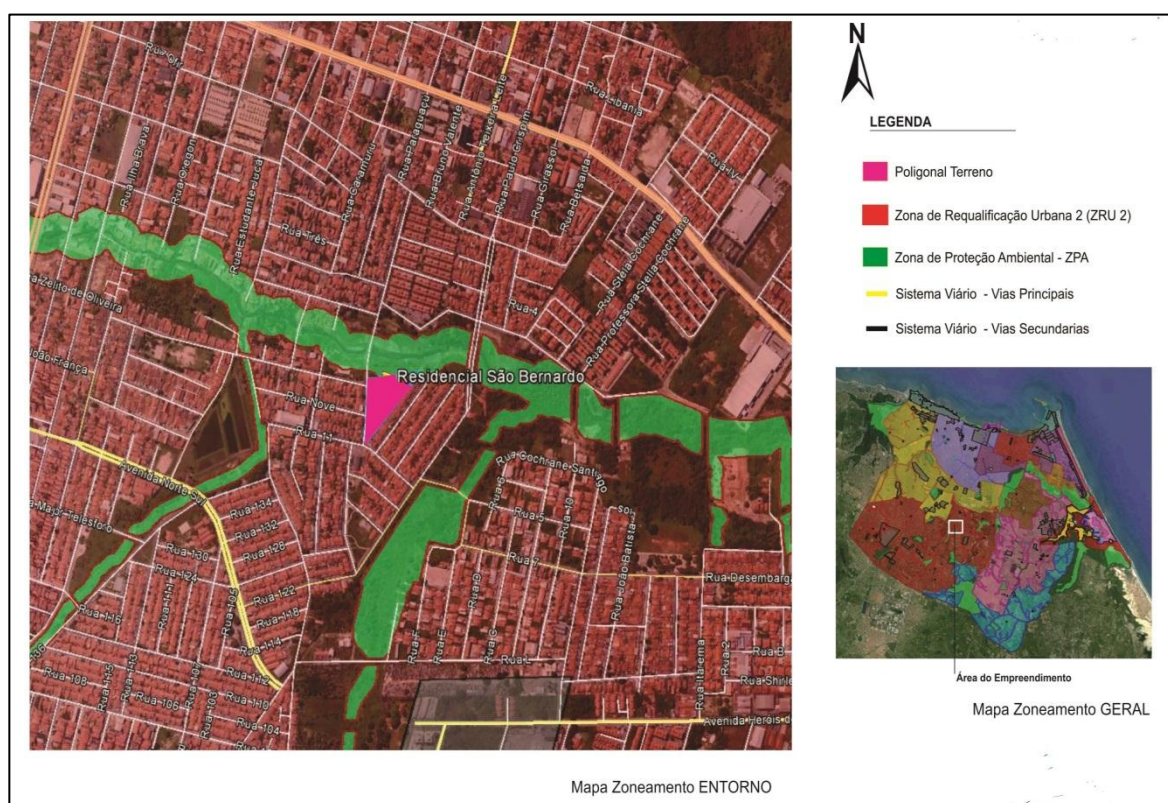
Na área o fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), no qual, a rede de iluminação pública existente deverá passar por ampliação.

Quanto ao abastecimento de água, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), é a responsável pela distribuição na área, havendo cobertura mais próxima na Rua 02. Em relação ao tratamento de esgoto, no local existem 08 (oito) estações elevatórias de esgoto, num raio de 2,5km de distância do eixo estipulado do terreno em questão.

Segundo a viabilidade técnica, expedida pela CAGECE, o esgotamento sanitário deverá ser realizado a partir dos trechos de rede coletora existentes, sendo o mais próximo localizado a cerca de 2km, no bairro Parque Dois Irmãos, devendo ser igualmente dividida para as redes citadas.

Não obstante, o efluente líquido tratado será jogado em uma rede de drenagem prevista no projeto, ligada a outra rede de drenagem existente no local. O projeto de drenagem de águas pluviais contempla toda a área do empreendimento e aproveita os corpos d'água presente no mesmo para a facilitação do escoamento de água e efluentes líquidos tratados e seu encaminhamento natural.

MAPA 10 – ZONEAMENTO E VIAS DE ACESSO



Fonte: Habitafor, 2015.

❖ SISTEMA VIÁRIO

Referente ao sistema viário, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), o terreno tem uso permitido para adequação a zona especial e é circundado por vias locais, que terá recuos de 5m de frente, de 3m de lateral e de 3m de fundo.

6.3 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

A região onde se situa o Residencial São Bernardo está localizada em uma área cujo acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, esporte, lazer, transporte, entre outros se acham de fácil acesso. Tem que se ressaltar que mesmo com todas as unidades habitacionais já entregues, e ainda sem o acompanhamento das famílias pelo TS é mister pontuar que os equipamentos sociais disponíveis e de referência para as famílias do Residencial vem suprimindo efetivamente suas necessidades; visto ao grande número de equipamentos no entorno, a facilidade de acesso aos mesmos, a indicação pelas Secretarias Municipais da construção de tantos outros que venham ainda mais facilitar o acolhimento das demandas espontâneas e programadas, e a capacidade de atendimento de cada equipamento ser viável para o provimento das necessidades postas.

Assim, segundo dados repassados pelas respectivas secretarias, no entorno do empreendimento existem os seguintes equipamentos:

❖ EDUCAÇÃO

No campo educacional a região mostra-se bem suprida, pois possui 03 creches, 05 Centros de Educação Infantil (CEI), 13 escolas de ensino infantil e fundamental (EMEIF), 06 de escolas de ensino fundamental e médio (EMEFM). Mais detalhes sobre as mesmas podem ser observados na tabela a seguir:

TABELA 1: EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO			
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
Creche	Rainha da Paz	Rua Torres de Melo, 689	2,38 km
Creche	Irmã Giuliana Galli	Travessa Santo Onofre	1,65 km
Creche	Semente do Amanhã	Rua Capitão João Ferreira, 954	2,18 km
CEI	CEI Projeto Nascente	Rua Campo Maior, s/n	1,35 km

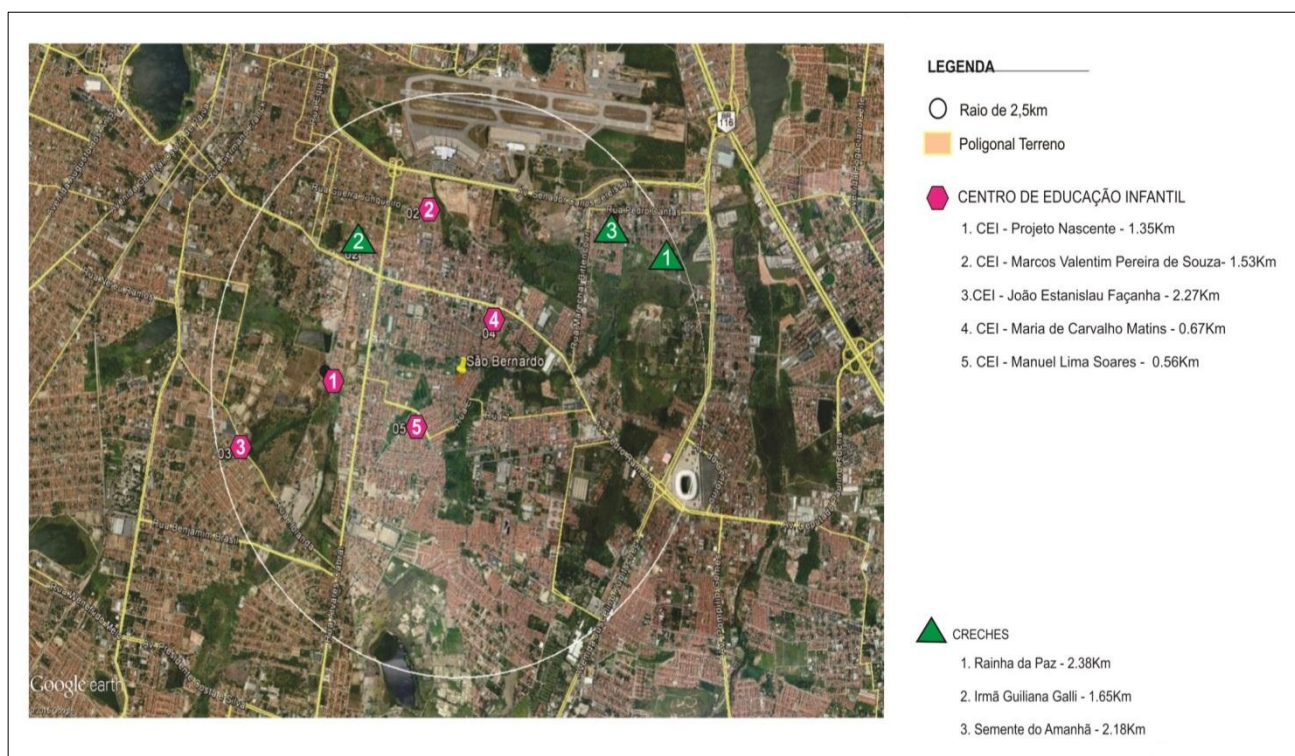


CEI	CEI Marcos Valentim Pereira de Souza	Rua Freire Alemão, 91	1,53 km
CEI	CEI João Estanislau Façanha	Rua Holanda, 870	2,27 km
CEI	CEI Maria de Carvalho Martins	Rua Girassol, 649	0,67 km
CEI	CEI Manuel Lima Soares	Rua 130, 60 – Parque Dois Irmãos	0,56 km
EMEIF	EMEIF Professor João Hipólito de Azevedo e Sá	Rua 03, 88, Conjunto Napolião Viana	2,30 km
EMEIF	EMEIF Professora Mari Stella Cochrane Santiago	Rua Antônio Farias, 121	1,63 km
EMEIF	EMEIF Projeto Nascente	Rua Campo Maior, s/n	1,35 km
EMEIF	EMEIF Thomaz Pompeu Sobrinho	Rua José Meneleu, 531	2,47 km
EMEIF	EMEIF Waldemar Barroso	Rua Cônego Lima Sucupira, 410	2,45 km
EMEIF	EMEIF Zaira Monteiro Gondim	Rua Pedro Aguiar, 315	0,52 km
EMEIF	EMEIF Professora Vicentina Campo Marina Lopes	Avenida Norte Sul, 145 - Parque Dois Irmãos	0,65 km
EMEIF	EMEIF Marcos Valentim Pereira de Souza	Rua Freira Alemão, 91	1,47 km
EMEIF	EMEIF João Estanislau Façanha	Rua 11, s/n, Conjunto Campo dos Ingleses	2,33 km
EMEIF	EMEIF Maria De Carvalho Martins	Av. Dedé Brasil, 4300 - Itaperi	0,72 km
EMEIF	Irmã GiulianaGalli	Rua Antonio Botelho, 715	1,64 km
EMEIF	EMEIF Sagrado Coração	Rua Holanda, 477	2,44 km
EMEIF	EMEIF Manuel Lima Soares	Rua 130, 60 – Parque Dois Irmãos	0,56 km
EMEIFM	EEFM Antônio Dias Macedo	Av. Pedro Dantas, 340 - Dias Macedo	2,71 km

EMEFM	EEFM Padre Guilherme Waessen	Rua Boaventura, 916 - Dias Macedo	2,14 km
EMEFM	EEFM Integrada 02 de Maio	Avenida da Saudade, s/n - Passaré	1,89 km
EMEFM	EEFM Professor Jáder Moreira de Carvalho	Rua Profa. Heloisa F. Lima, 420 - Serrinha	1,36 km
EMEFM	EEFM Professora Diva Cabral	Rua Holanda, 401 - Maraponga	2,25 km
EMEFM	EEFM Deputado Paulino Rocha	Rua Prof. José Silveira, 528 - Passaré	2,26 km

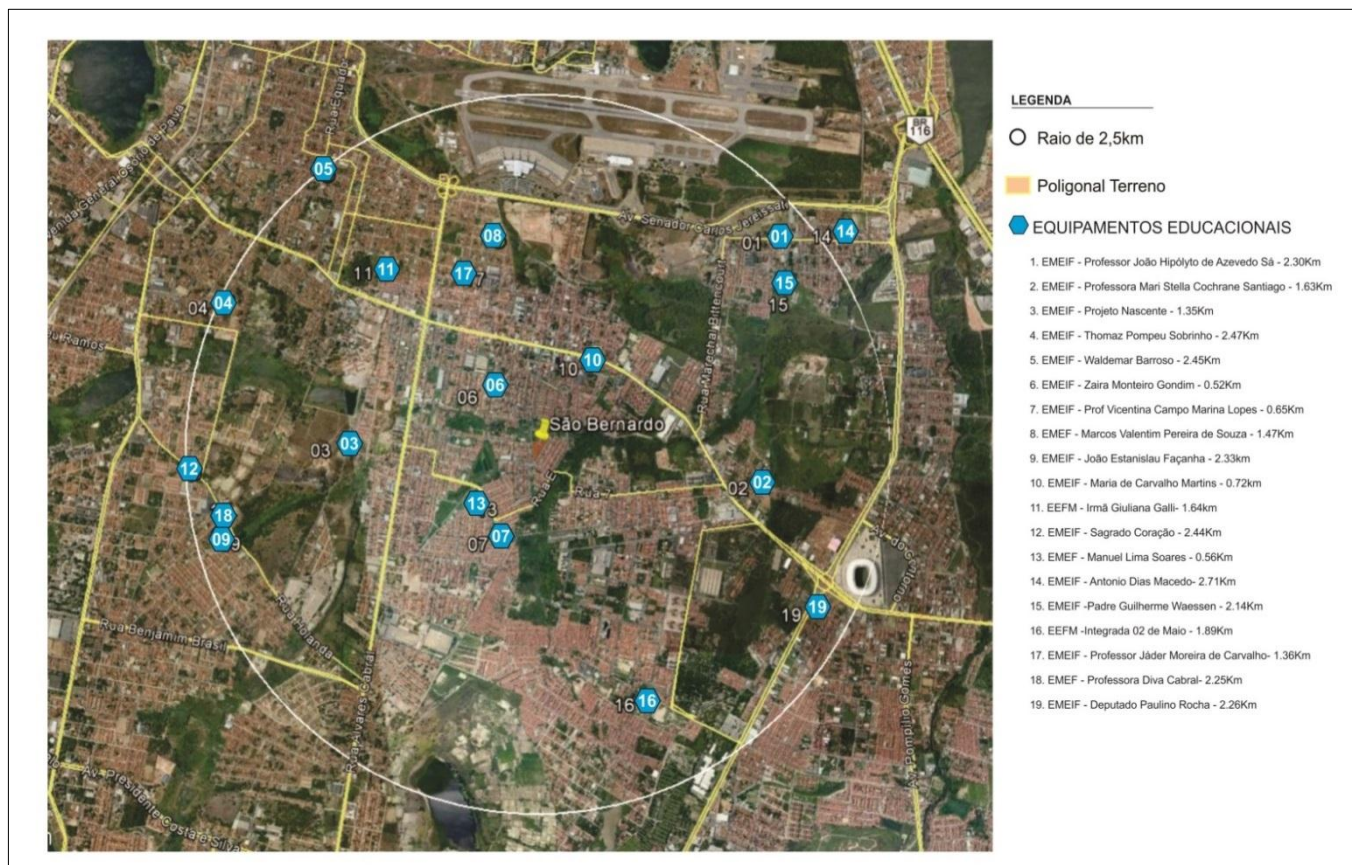
O mapa a seguir identifica o empreendimento e situa os respectivos equipamentos de educação existentes na região.

MAPA 11 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO – CEI’S E CRECHES



Fonte: Habitafor, 2015.

MAPA 12 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO – ESCOLAS



Fonte: Habitafor, 2015.

Segundo informações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação estão previstos para a região do empreendimento a construção dos seguintes equipamentos de educação:

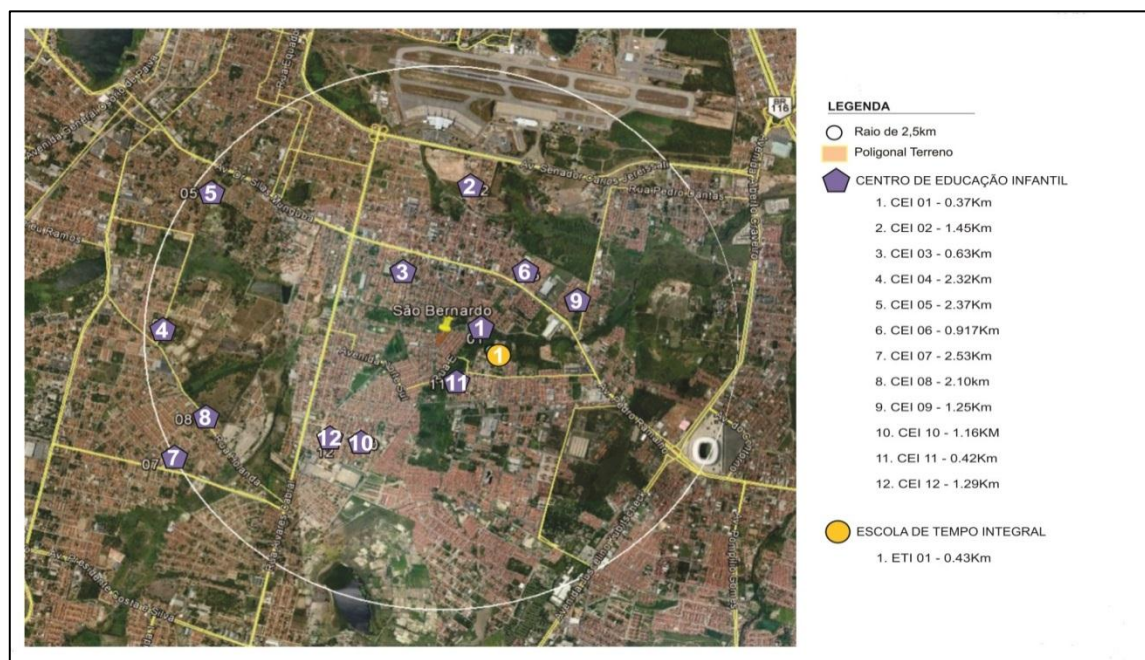
TABELA 2: EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO PREVISTOS PARA O ENTORNO DO RESIDENCIAL SÃO BERNARDO

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
CEI	A definir	Rua 06 – Conjunto Habitacional Mirassol	0,37 km
CEI	A definir	Rua Pedro Wilson	1,45 km
CEI	A definir	Rua Carlos Juaçaba	0,63 km
CEI	A definir	Rua Suécia, s/n esquina com a Rua Bogotá	2,32 km

CEI	A definir	Rua SD, entre a Rua IV e a Rua V	2,37 km
CEI	A definir	Rua Cabral Veras	0,91 km
CEI	A definir	Rua Holanda	2,53 km
CEI	A definir	Rua VI	2,10 km
CEI	A definir	Rua E, s/n com a Rua M	1,25 km
CEI	A definir	Rua E	1,16 km
CEI	A definir	Rua C, s/n	1,29 km
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	A definir	Rua Cochrane Santiago	0,43 km

Vale ressaltar que tais equipamentos ainda não possuem denominação por não terem sido devidamente construídos e entregues. A seguir vislumbramos o mapa com a localização dos equipamentos a serem construídos:

MAPA 13 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO PREVISTOS PARA O ENTORNO



Fonte: Habitafor, 2015.

❖ SAÚDE

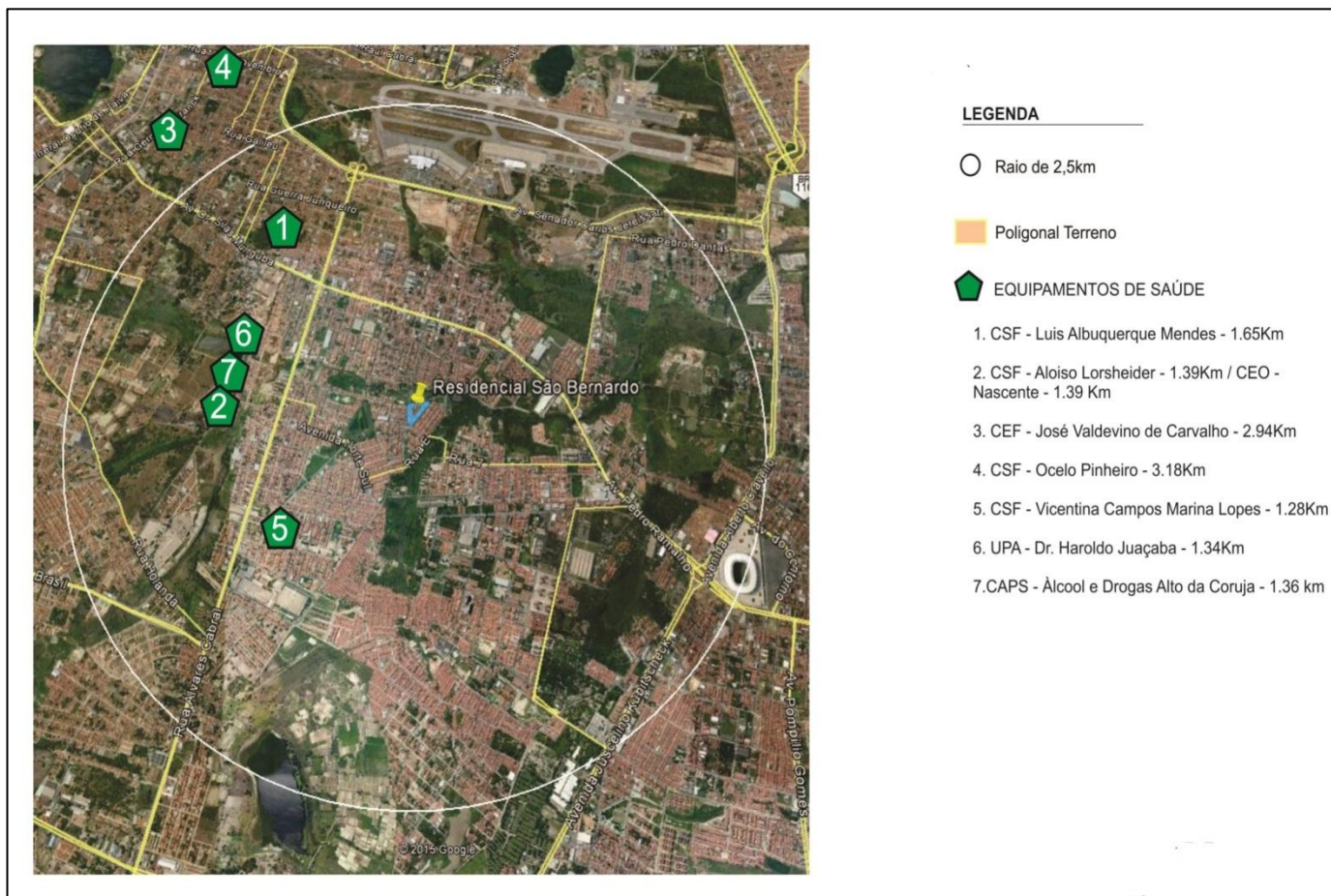
A região do empreendimento é suprida por uma oferta de equipamentos de saúde, conforme listagem especificada na tabela e mapa abaixo.

TABELA 3: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
Centro de Saúde da Família	CSF Luis Albuquerque Mendes	Rua Benjamim Franklin, 735 - Serrinha	1,65 km
Centro de Saúde da Família	CSF Aloisio Lorsheider	Rua Betel, 1895 - Itaperi	1,39 km
Centro de Saúde da Família	CEI José Valdevino de Carvalho	Rua Guará, s/n - Itaoca	2,94 km
Centro de Saúde da Família	CSF Ocelo Pinheiro	Rua Elcias Lopes, 517 - Itaoca	3,18 km
Centro de Saúde da Família	CSF Vicentina Campos Marina Lopes	Rua B, 145 – Conjunto Jardim Primavera – Parque Dois Irmãos	1,28 km
Centro de Especialidades Odontológicas	CEO Nascente	Rua Betel, 1895 - Itaperi	1,39 km
Unidade de Pronto Atendimento	UPA Dr. Haroldo Juaçaba	Rua Betel, s/n, Itaperi	1,34 km
Centro de Atenção Psicossocial	CAPS Álcool e Drogas Alto da Coruja	Rua Betel, 1826 - Itaperi	1,36 km

O mapa abaixo identifica o Residencial São Bernardo e situa a localização dos equipamentos de saúde existentes na região.



MAPA 14 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Fonte: Habitafor, 2015.

❖ ASSISTÊNCIA SOCIAL

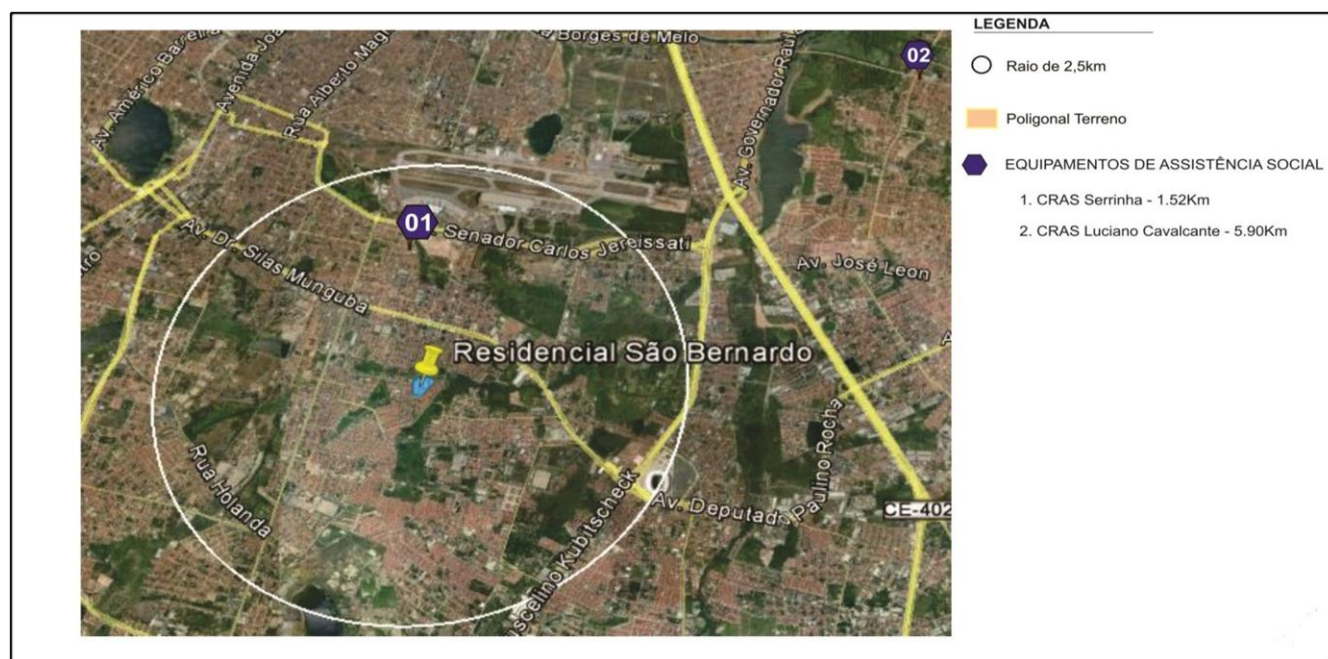
Quanto à cobertura e à oferta na rede de serviços sócioassistenciais identificamos a existência de apenas um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na região do perímetro do empreendimento. A região também é atendida por um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no bairro Luciano Cavalcante, conforme é possível observar na tabela abaixo.

TABELA 4: EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO	REFERÊNCIA PREVISTA
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS SERRINHA	Rua Inácio Parente, 100 - Serrinha	1,52 km	Até 5.000 famílias
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS LUCIANO CAVALCANTE	Rua Thompson Bulcão, 853 - Luciano Cavalcante	5,90 km	Demanda por Territorialidade

A seguir é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos acima enumerados:

MAPA 15 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Fonte: Habitafor, 2015.



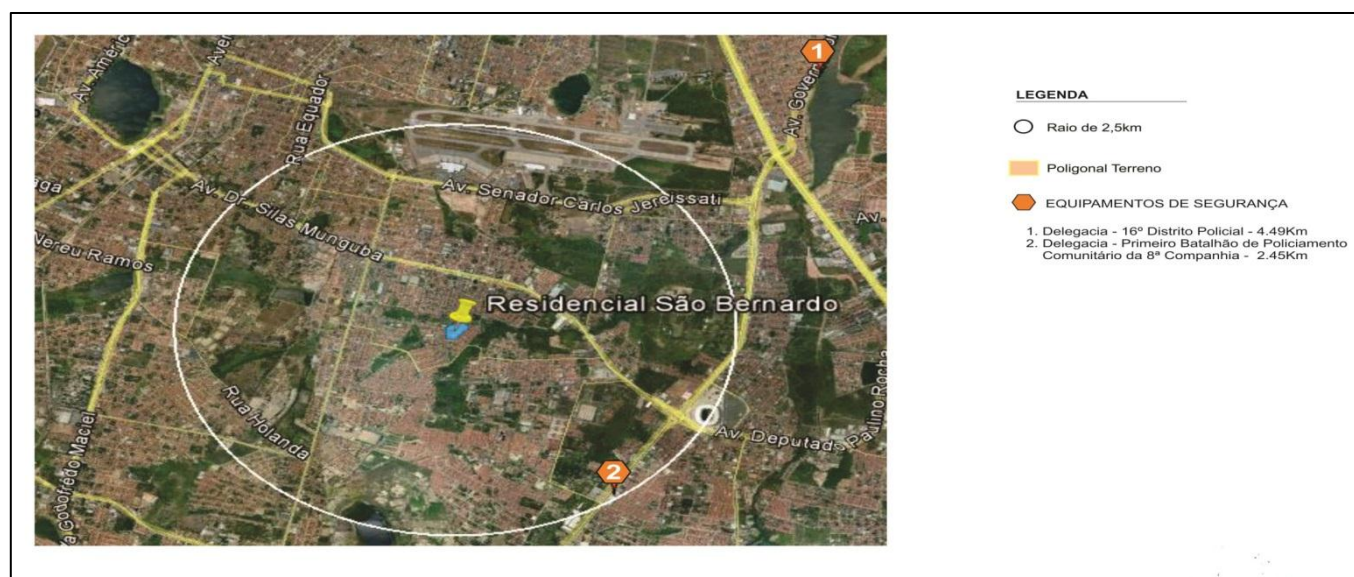
❖ SEGURANÇA PÚBLICA

Concernente à oferta de serviços de segurança pública na região circunvizinha ao Residencial São Bernardo identificou-se os seguintes equipamentos, conforme demonstrado na tabela e no mapa a seguir:

TABELA 5: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA			
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
Delegacia	16º Distrito Policial	Avenida Alberto Craveiro, 1670, Dias Macedo.	4,49 km
Delegacia	Primeiro Batalhão de Policiamento Comunitário da 8ª Companhia	Avenida Heróis do Acre, s/n – Parque Dois Irmãos.	2,45 km

Em seguida é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos acima especificados:

MAPA 16 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA



Fonte: Habitafor, 2015.

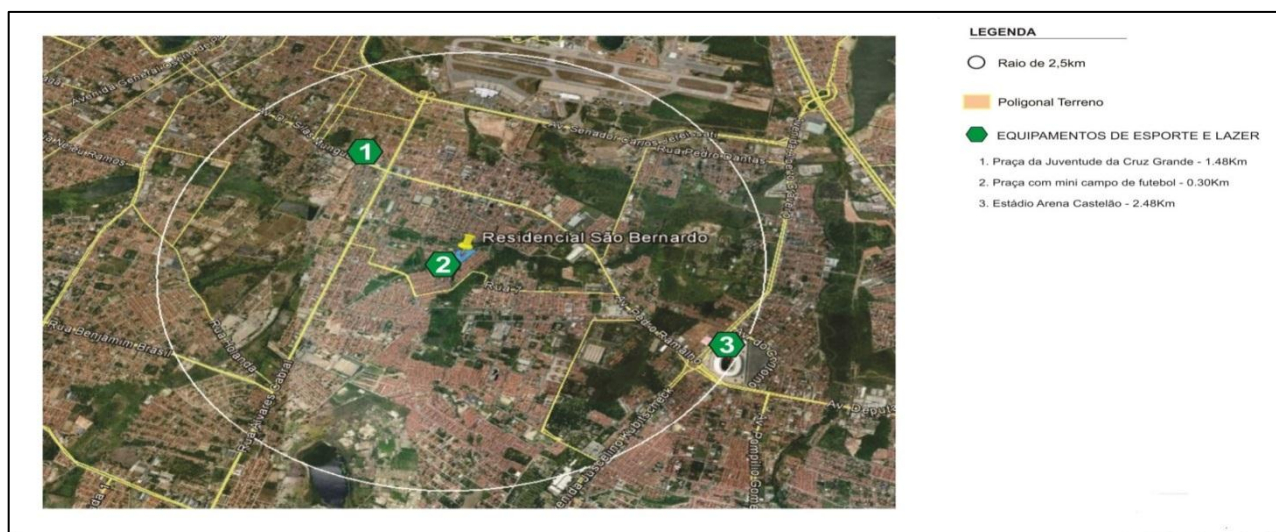
❖ **ESPORTE E LAZER**

Segundo informações da Secretaria de Esporte e Lazer do município, da Secretaria Executiva Regional IV e da Secretaria de Esporte do Estado do Ceará estão disponíveis para a população habitante no Residencial São Bernardo os seguintes equipamentos de esporte e lazer existentes na região, conforme a tabela e o mapa a seguir.

TABELA 5: EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
Praça	Praça da Juventude da Cruz Grande	Av. Dedé Brasil c/ Rua Betel - Serrinha	1,48 Km
Praça	Praça com campo de futebol	Rua 10 com Rua 11 – Planalto Mirassol	0,30 Km
Estádio	Estádio Arena Castelão	Avenida Alberto Craveiro, 240 – Mata Galinha	2,48 Km

Mapa 15 – Equipamentos Públicos – Esporte e Lazer



Fonte: Habitafor, 2015.



6.4 TEMPO E FORMA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

Serrinha é um bairro da cidade de Fortaleza localizado na zona central da capital, no estado do Ceará, sua administração é pela Secretaria Executiva Regional IV da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O referido bairro tem como divisas ao norte o Aeroporto, Montese e Vila União, ao sul o Itaperi, ao leste Dias Macedo e no oeste Parangaba e Itaoca. Neste bairro está localizado o Aeroporto Internacional Pinto Martins, a Secretaria Executiva Regional (SER IV) e algumas das avenidas mais movimentadas da cidade, como a Silas Munguba (antiga Dedé Brasil), Bernardo Manuel e Senador Carlos Jereissati.

O nome Serrinha é devido a uma antiga elevação de terra muito alta com uma imensa mata fechada (um serrado), essas elevações de terras que formavam um serrote de barro vermelho fez com que um dos antigos moradores apelidasse suas terras por Serrinha, dando origem ao novo nome do bairro, que anteriormente era chamado de Dendê.

De acordo com os relatos dos moradores, o bairro foi fundado a partir do ano de 1920. Inicialmente viviam apenas quatro famílias no bairro que eram proprietários de grandes terrenos e viviam da agricultura. A Serrinha era formada por piçarra, montes de terras, matas e lagoas.

No ano de 1940, época da Segunda Guerra Mundial, foi construída uma Base Aérea, erguida pelos americanos, denominada de "Cocorote". Para a construção da obra foi necessário que muitos terrenos fossem apossados, pequenas indenizações foram pagas aos moradores.

Nessa época a Serrinha não era urbanizada para ter acesso ao bairro tinha que ser pela Parangaba, através de uma estrada de areia com mata fechada dos dois lados. Na outra extremidade da Serrinha se encontrava o Ministério da Agricultura (posteriormente a Faculdade de Veterinária), o outro lado onde hoje é o Parque Dois Irmãos, era um terreno muito grande do Sr. Zeca Delmiro, havendo também as terras do Dr. Girão, grande pesquisador e historiador, que atualmente é o bairro Passaré.

Com o passar dos anos novos moradores apareceram, contribuindo para o crescimento do bairro. Este fato aconteceu devido principalmente à construção da fábrica Del Rio, pois as maiorias

das pessoas que trabalhavam na fábrica vieram morar no bairro, dessa forma o bairro foi crescendo e tornando-se mais habitado, a Del Rio permitiu a construção de outros equipamentos.

Alguns nomes merecem destaque na construção do bairro, como a Prof^a Heloisa Ferreira Lima, que foi a primeira professora a atuar no bairro, fundando a primeira escola, popularmente chamada de "quadra", onde hoje se encontra parte do Supermercado Cometa.

No ano de 1961, três irmãs (freiras) vieram para ajudar a população, construindo uma "capelinha" para encontro de orações, tendo como braço forte o morador Sr. José Ferreira Lima, que posteriormente fundou a Escola Duque de Caxias, que atualmente desenvolve o Conselho de bairro, bem como uma escolinha de baixo custo para os moradores vulnerabilizados.

A construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins foi no ano de 1998, sendo uma das construções que trouxe grande visibilidade para o bairro; outra grande obra foi a Arena Castelão, que apesar de ter influenciado no crescimento econômico do bairro, também contribuiu com a especulação imobiliária, deixando o custo de vida mais alto.

A expansão do capital, fez com que aumentasse a degradação do meio ambiente do bairro, como por exemplo, o aterramento de suas lagoas e destruição de mangues. Uma das lagoas mais antiga, Lagoa da Rosinha, virou o esgoto do Aeroporto, e a Lagoa do Garibaldi foi extinta. Além dessas duas, o local que antes era considerado uma importante área pública do bairro, a Lagoa da Itaperaoba, está sendo privatizada e aterrada para a construção de imóveis. Outros problemas que afetam na vitalidade da lagoa são as ocupações irregulares e ausência de sistema de saneamento básico.

De acordo com o censo de 2010 a população do bairro é de 28.770, local onde há uma grande concentração de crianças e jovens. Assim como em todos os locais, a violência urbana aumentou e a disputa por territórios prevalece devido à questão do tráfico de drogas. Devemos entender que a "favela" advém de processos históricos de abandono pelo poder público. A disputa por território vai para além do espaço físico, não se limita ao conceito geográfico, mas sim na medida em que há transformações sociais coletivas, onde cada território tem suas características específicas.

A procedência de algumas das famílias beneficiárias no Residencial São Bernardo é do mesmo bairro de localização do empreendimento, o bairro Serrinha. O restante das famílias, em sua grande maioria, é oriundo de outros bairros da cidade, mas caracterizando-se como uma população predominantemente urbana. A seguir retrataremos o perfil de procedência das famílias beneficiadas no mesmo.

Antes mesmo de iniciar-se aqui o detalhamento do diagnóstico sócioeconômico das famílias do Residencial é importante destacar que na ocasião do levantamento junto às famílias foi indicado pela Caixa Econômica Federal que a HABITAFOR fizesse apenas uma amostragem com 66 (sessenta e seis), o que representa 82,5% do total das 80 (oitenta) de famílias beneficiárias. A HABITAFOR, no entanto, acresceu mais duas famílias ficando com o total de 68 (sessenta e oito) famílias analisadas, o que aumentou o percentual para 85%. Deste feito, as análises seguintes contemplarão as 68 famílias indicadas acima.

No que se refere ao tempo de moradia, nota-se que a maioria das famílias beneficiadas no Residencial São Bernardo moravam há anteriores, isto pois se juntarmos os percentuais das famílias que residiam de 2 a 5 anos, de 5 a 10 anos e acima de 10 anos temos um total de 88%. Esses dados podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 6: TEMPO DE MORADIA NA RESIDÊNCIA ANTERIOR AO BENEFICIAMENTO		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Até 1 ano	08	12%
2 a 5 anos	29	43%
5 a 10 anos	13	19%
Acima de 10 anos	18	26%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Já em relação à condição de moradia, observou-se através dos dados coletados que 57% das famílias beneficiárias residiam de aluguel, o que vem a ser um número bastante significativo. Assim, pode-se inferir que as taxas referentes ao financiamento e ao condomínio não se tornaram demasiadamente dispendiosas para grande parte das famílias, uma vez que as mesmas já oneravam

de seus orçamentos um valor reservado ao pagamento do aluguel, sendo, portanto este um aspecto facilitador para adesão ao Projeto e para a permanência das famílias no Residencial São Bernardo.

Concernente a moradias cedidas, notou-se o percentual de 28% o que representa 19 famílias do universo pesquisado. Para estas famílias acredita-se que houve a necessidade de adaptação com os valores que surgiram com relação à manutenção da nova moradia, e assim deve-se ter uma maior atenção na busca da geração de trabalho e renda para este público de modo a proporcionar meios para o cumprimento financeiro do Projeto. No tocante as demais formas de condição da moradia anterior, pode-se visualizar a frequência de suas ocorrências na tabela abaixo:

TABELA 7: CONDIÇÃO DE MORADIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Adquirida	10	15%
Alugada	39	57%
Cedida	19	28%
Ocupada	00	0%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Atinente à procedência das famílias, conforme especificado na tabela 8, foi averiguado que 22% das mesmas são procedentes do mesmo bairro (Serrinha), seguidas de 68% vindas de outros bairros de Fortaleza, e um número bastante reduzido de famílias advindas de cidades do interior (apenas 6%), e de outros estados (4%) o que nos leva a concluir que para a maioria das famílias não houveram grandes mudanças, pelo fato de já residirem em zona urbana, e já estarem adaptadas a territórios similares.

TABELA 8: PROCEDÊNCIA DA FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Mesmo bairro	15	22%
Outro bairro	46	68%
Região metropolitana	00	0%
Cidade do interior	04	6%
Outro Estado	03	4%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

6.5 TIPOLOGIA DA CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE

É possível verificar na tabela 9 que a tipologia construtiva da moradia anterior é em sua totalidade construída de alvenaria, e com isto, vê-se que não se teve grandes implicações referentes às mudanças ou adaptações a nova moradia.

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alvenaria	68	100%
Taipa	00	0%
Madeira	00	0%
Pré-moldado	00	0%
Papelão	00	0%
Plástico	00	0%
Lona	00	0%
Mista	00	0%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

6.6 EXISTÊNCIA DE SITUAÇÕES DE RISCO

Segundo estabelecido na Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, que revogou a Portaria nº 610 de 26 de dezembro de 2011 do Ministério das Cidades que dispõe sobre os parâmetros de priorização para o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV fica estabelecido entre outros, a nível nacional, para seleção e indicação das famílias, àquelas residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

Assim sendo, no Residencial São Bernardo identificou-se com base nas informações obtidas que dentre as 68 famílias beneficiárias entrevistadas, 25% residiam em domicílios que não ofereciam as condições mínimas de habitabilidade encontrando-se em situações de risco em potencial.

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	17	25%

Não	51	75%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Sendo estes riscos subdivididos em categorias, enfatiza-se a ocorrência em 14% das situações de risco recorrente de alagamento dos domicílios segundo informações das famílias. Destaque-se que em alguns casos a família informou mais de um tipo de risco, por isso, o número total ultrapassou ao quantitativo de 68, conforme tabela abaixo.

TABELA 11: TIPO DE RISCO		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alagamento	10	14%
Inundação	05	7%
Via férrea/Rodovia	00	0%
Deslizamento	01	1%
Acúmulo de lixo	01	1%
Erosão	00	0%
Alta Tensão	00	0%
Nenhum	57	77%
TOTAL	74	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

7 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

Para uma melhor compreensão acerca do perfil sócioeconômico, se faz muito pertinente pontuar aqui a caracterização das famílias beneficiadas com as unidades habitacionais do Residencial São Bernardo. E assim os dados expostos a seguir trazem uma visão geral das informações prestadas pelas próprias famílias na ocasião da pesquisa realizada *in loco* no Residencial.

7.1 PERFIL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

❖ GÊNERO

Na ocasião da pesquisa da amostra, conforme dados representados na tabela abaixo, identificou-se que 60 titulares dos imóveis são do sexo feminino, o que representa 88%; e apenas 12% das unidades possuem a titularidade masculina, fato que reflete a primazia para que a titularidade de imóveis de programas de habitação de interesse social seja preferencialmente feminina.

TABELA 12: SEXO DO TITULAR DOS IMÓVEIS		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Feminino	60	88%
Masculino	08	12%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Não obstante, deve-se diferir a titularidade do imóvel do quesito chefe de família, ou seja, de quem é responsável pelo provimento do sustento do núcleo familiar. Com isso, no Residencial São Bernardo, 56 das famílias entrevistadas são chefiadas por mulheres, enquanto as outras 12, são mantidas por homens, segundo visto na tabela abaixo. Deste feito, pode-se inferir que apesar das mulheres representarem a maior parte dos chefes de família, as demais mulheres beneficiárias podem não estar inseridas no mercado de trabalho e, por conta disso, devem não contribuir para o sustento de suas famílias.

TABELA 13: CHEFE DE FAMÍLIA QUANTO AO GÊNERO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Feminino	56	82%
Masculino	12	18%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ FAIXA ETÁRIA

Sobre a faixa etária dos chefes de família, a maioria destes encontra-se na faixa de adultos maduros entre 30 e 49 anos que se somados representam percentual correspondente a 61% do total. Já os idosos a partir de 60 anos de idade representam 7% do universado pesquisado, conforme observado na tabela 14.

TABELA 14: FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
18 a 19 anos	0	0%
20 a 24 anos	1	1%
25 a 29 anos	6	9%
30 a 39 anos	16	24%
40 a 49 anos	25	37%
50 a 59 anos	14	21%
60 a 65 anos	0	0%
Acima de 65 anos	5	7%
Não informado	1	1%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Perante aos dados acima elencados percebe-se que a maior parte dos chefes de família está na faixa etária produtiva, fator esse que justifica o fato de proverem o sustento de seus núcleos familiares.

❖ ESCOLARIDADE

No que se refere à escolaridade do chefe de família identificou-se que 32% do total pesquisado possuem o ensino fundamental completo, além dos outros 18% dos chefes que apresentam nível superior incompleto ou completo.

TABELA 15: GRAU DE ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Analfabeto	00	0%

Alfabetizado	02	3%
Ensino fundamental incompleto	13	19%
Ensino fundamental completo	07	10%
Ensino médio incompleto	05	7%
Ensino médio completo	22	32%
Curso técnico incompleto	04	6%
Curso técnico completo	03	5%
Curso superior incompleto	08	12%
Curso superior completo	04	6%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Na tabela 16 pode-se perceber que 18% dos chefes estão atualmente estudando, em contrapartida de 78% que não encontram-se em estudo regular. Deste feito, fica evidente que os chefes de família estão buscando meios de melhorarem seu perfil profisr inserção no mercado de trabalho.

TABELA 16: SITUAÇÃO DE ESTUDO ATUAL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	12	18%
Não	53	78%
Não informado	03	4%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ CONDIÇÃO FUNCIONAL E VÍNCULO EMPREGATÍCIO

N tabela 17 é exposto que 44% dos chefes de família pesquisados mencionaram estar empregados, outros 22% informaram ser autônomos; com isso temos o percentual de 66% de chefes exercendo alguma atividade laborativa remunerada e gerando renda para o ambiente familiar. Na contramão do acima revelado, tem-se que 09 (nove) chefes de família encontravam-se desempregados na ocasião da pesquisa o que corresponde a 13% do total.

TABELA 17: CONDIÇÃO FUNCIONAL DO CHEFE DE FAMÍLIA

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Empregado	30	44%
Aposentado	06	9%
Pensionista	00	0%
Autônomo	15	22%
Cooperado	00	0%
Eventual	03	4%
Desempregado	09	13%
Outros	04	6%
Não informado	01	1%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

No que diz respeito ao vínculo empregatício, conforme tabela abaixo, tem-se a informação que 57% destes chefes não possuem nenhum tipo vínculo empregatício, realizando alguma atividade laborativa de cunho informal. Apenas 43% apresentam vínculo em seu local de trabalho.

TABELA 18: VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CHEFE DE FAMÍLIA

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	29	43%
Não	39	57%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ PROFISSÃO

Dos chefes de família que informaram exercer alguma profissão temos a amostra referente a 60 chefes do total dos 68 entrevistados, pois em 08 (oito) famílias não houve informação da realização de qualquer profissão.

Ao relacionarmos trabalho e nível de escolaridade, isso refletirá nos tipos de profissões/ocupações por eles exercidas. As profissões que exigem maior qualificação da mão de

obra são menos frequentes, considerando que 39% não concluíram o ensino médio. Na tabela demonstrada abaixo, pode-se perceber que 10% dos chefes de famílias exercem funções na área administrativa, o que requer no mínimo, o ensino médio completo para exercer atividades nesse segmento. Paralelamente, apesar de ser satisfatório o índice de escolaridade dos chefes, de um modo geral, identificou-se que a incidência de 10% dos chefes que tem como ocupação do lar.

TABELA 19: PROFISSÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA

ÁREA	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Administrativo	agente administrativo, auxiliar administrativo, assistente técnico, atendente, recepcionista	07	10%
Alimentos e Bebidas	cozinheira, manipuladora de alimentos, merendeira, salgadeira	06	9%
Artes	fotógrafo	01	1%
Couros e calçados	sapateiro	01	1%
Comércio e Vendas	comerciante, vendedor, garçonne, caixa de supermercado, operador de caixa	06	9%
Confecção	costureira	06	9%
Educação	professora	02	3%
Estética	cabeleireira, esteticista, manicure	03	4%
Familiar	do lar	08	12%
Saúde	agente de saúde, cuidadora, técnica de enfermagem	05	7%
Segurança	porteiro, técnico de segurança, vigilante	03	5%
Serviços Domésticos	doméstica, diarista, zeladora, faxineira, serviços gerais	07	11%
Telecomunicações	assistente de telemarketing, atendente de call center, telefonista, operador de telemarketing	04	6%
Transporte	Motorista	01	1%
Não possui		08	12%
TOTAL		68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Concernente a soma dos chefes de família e demais membros que compõem os núcleos familiares pesquisados no Residencial São Bernardo pode-se caracterizá-los conforme descrição logo abaixo.

❖ GÊNERO

Observou-se que no Residencial São Bernardo ocorre a prevalência de moradores do sexo feminino totalizando o percentual de 57%, em detrimento dos homens que perfazem apenas 43%, conforme a tabela a seguir. Nesta tabela pode-se também observar o quantitativo total de 238 moradores habitantes no Residencial.

TABELA 20: SEXO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Masculino	103	43%
Feminino	135	57%
TOTAL	238	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ TAMANHO

A maioria das famílias entrevistadas (75%) é composta por até quatro membros, já com relação às famílias numerosas temos o quantitativo de 17 famílias que equivale a 25% do total. Assim, embora o percentual de famílias numerosas não predominar, as famílias do Residencial em estudo são relativamente numerosas, pois 44% destas possuem em seu núcleo 3 a 4 integrantes. Tais informações podem ser observadas na tabela exposta logo abaixo.

TABELA 21: NÚMERO DE MORADORES DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
1	06	9%

2	15	22%
3	18	26%
4	12	18%
5	10	15%
Acima de 5	07	10%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ COMPOSIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Interessante observar que 60% dos moradores do Residencial São Bernardo encontram-se na faixa etária produtiva de 18 a 59 anos, já 35% são crianças e adolescentes com idades compreendidas entre 0 e 17 anos, e por fim 11 idosos que correspondem a 4% dos integrantes destas famílias. Desse modo, pode-se aqui pontuar que as ações previstas no Trabalho Social devem ser direcionadas prioritariamente ao público cuja presença é mais significativa, ou seja, o grupo de faixa etária produtiva de maneira a incentivar a inserção no mercado de trabalho e melhorar as condições socioeconômicas destas famílias.

TABELA 22: FAIXA ETÁRIA DOS MORADORES		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0 a 4 anos	17	7%
5 a 9 anos	26	11%
10 a 14 anos	22	9%
15 a 17 anos	19	8%
18 a 21 anos	22	9%
22 a 24 anos	12	5%
25 a 29 anos	18	8%
30 a 39 anos	31	13%
40 a 49 anos	35	15%
50 a 59 anos	24	10%
60 a 65 anos	03	1%
Acima de 65 anos	08	3%
Não Informado	01	0%
TOTAL	238	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ CRIANÇAS

De acordo com a tabela 23 tem-se que 22 famílias entrevistadas não apresentam crianças em sua composição familiar, o equivalente a 32% do total. Com apenas uma criança tem-se o quantitativo de 24 (vinte e quatro) famílias, o que representa o percentual de 35%. No que se refere às demais, 10 (dez) famílias com duas crianças, 09 (nove) famílias com três crianças, 02 (duas) famílias com 4 e 01 (uma) família com mais de 4 crianças, configurando assim um número relevante de menores no empreendimento.

TABELA 23: QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E JOVENS		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0	22	32%
1	24	35%
2	10	15%
3	09	13%
4	02	3%
Acima de 4	01	1%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ ESCOLARIDADE

No que diz respeito a escolaridade dos integrantes das famílias entrevistadas notou-se que a maior parcela dos membros tem o ensino fundamental incompleto, fato este explicado pela quantidade de menores presentes no Residencial. Um dado importante observado é que 14% das famílias estão cursando ensino superior ou mesmo já concluíram o que ressalta o bom nível de escolaridade dos moradores.

TABELA 24: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Analfabeto	04	2%
Alfabetizado	03	1%
Sem idade escolar	06	3%

Pré-escola	14	6%
Ensino fundamental incompleto	66	28%
Ensino fundamental completo	14	6%
Ensino médio incompleto	28	12%
Ensino médio completo	46	19%
Curso técnico incompleto	04	2%
Curso técnico completo	04	2%
Curso superior incompleto	23	10%
Curso superior completo	09	4%
Não informado	17	7%
TOTAL	238	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ SITUAÇÃO DE TRABALHO

Com base no levantamento dos dados identificou-se que em 83 moradores (35%) estavam trabalhando; e 73 moradores, o correspondente a 31% não exercia atividade laborativa. Aqueles que ainda não possuem idade para trabalhar representam 29% do total pesquisado, conforme tabela abaixo.

TABELA 25: SITUAÇÃO DE MORADORES TRABALHANDO		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	83	35%
Não	73	31%
Sem idade	70	29%
Não informado	12	5%
TOTAL	238	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Embasados também no levantamento (tabela 26) dos dados das famílias pesquisadas identificou-se que em 56 famílias, o correspondente a 82%, tem entre um e dois integrantes trabalhando. Isto nos leva a perceber que a maioria das famílias tem pelo menos um membro trabalhando, o que se supõe que o índice de vulnerabilidade social entre as famílias não se apresenta tão expressivo.

TABELA 26: QUANTITATIVO DE MORADORES TRABALHANDO POR FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0	09	13%
1	39	57%
2	17	25%
3	02	3%
4	01	1%
Acima de 4	00	0%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Entretanto, mesmo com a maioria das famílias com membros exercendo alguma atividade laborativa, um fato a se considerar é a quantidade relevante de famílias que não possui nenhum integrante trabalhando, quantidade esta equivalente a 13%. Mesmo supondo que tais famílias devam apresentar membros aposentados e, portanto, que não entram na estatística de membros trabalhando, ainda assim para este público deve se ter atenção especial para buscar a diminuição deste índice.

Já referente ao tipo de vínculo de trabalho dos membros das famílias, prevaleceu a inexistência de vínculo com 58% o que denota a condição de trabalho desprovida de direitos e garantias trabalhistas. Os que realizam trabalho autônomo somam 09 (nove) membros o que representa 21%, os que trabalham eventualmente são quatro (2%), o que repercutir sobremaneira na renda e na instabilidade econômica das famílias, tendo em vista o fato de não possuírem vínculo e conseqüentemente não deterem de salário fixo para o pagamento de suas despesas. Os regidos pela CLT foram 40 moradores (17%), e as demais tipologias podem ser observadas na tabela a seguir:

TABELA 27: TIPO DE VÍNCULO DOS MEMBROS		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
CLT	40	17%
Contratado temporário	02	1%
Autônomo	21	9%
Eventual	04	2%
Pensionista	02	1%
Aposentado	08	3%
Não possui	138	58%

Outros	05	2%
Não informado	18	8%
TOTAL	238	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

❖ RENDA FAMILIAR

Para o beneficiamento no PMCMV – Faixa 1, um dos critérios determinantes é a família possuir renda máxima de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscientos reais), conforme estabelecido na Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013 do Ministério das Cidades.

Segundo o exposto a seguir a maioria das famílias entrevistadas, 50% destas, apresenta renda familiar acima de 1 a 2 salários mínimos; já outras 28% informaram ter renda mensal entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo.

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sem renda	03	4%
Até $\frac{1}{2}$ SM	06	9%
Acima de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	19	28%
Acima de 1 a 2 SM	34	50%
Acima de 2 a 3 SM	06	9%
Acima de 3 a 5 SM	00	0%
Acima de 5 SM	00	0%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Um fato proeminente é que apenas 4% das famílias se declararam como sem renda e 9% com até meio salário mínimo. Isso leva a concluir que a maioria das famílias beneficiárias, no caso 96%, tem alguma renda, por menor que seja, para custear os valores advindos com o financiamento do imóvel, haja vista ser o valor da parcela equivalente a apenas 5% da renda declarada pela família. Vale ressaltar que para esta análise não foram considerados como fonte de renda os benefícios federais como Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

❖ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Das famílias do Residencial São Bernardo que citaram possuir em seu núcleo familiar pessoa com algum tipo de deficiência tem-se o quantitativo de cinco casos, sendo estes 01 (um) com deficiência mental e 04 (quatro) com deficiência do tipo motora. As demais 63 famílias restantes informaram não possuir pessoas com deficiência.

TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Deficiência auditiva	00	0%
Deficiência visual	00	0%
Deficiência mental	01	1%
Deficiência motora	04	6%
Sem pessoas com deficiência	63	93%
Total	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Quanto à tipificação do tipo de deficiência motora, a tabela abaixo demonstra as quantidades encontradas: 02 (duas) pessoas com deficiência total e outras 02 (duas) com deficiência parcial nos membros inferiores; assim totalizando os quatro casos mencionados na Tabela 29.

COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Total	02	50%
Parcial (membros superiores)	00	0
Parcial (membros inferiores)	02	50%
TOTAL	04	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

Conforme preconiza as legislações vigentes, há a reserva de 3% das unidades habitacionais para famílias de que façam parte pessoas com deficiência. Assim, podemos concluir de acordo com as informações contidas nas tabelas acima que este critério de priorização na seleção das famílias foi obedecido no Residencial São Bernardo.



❖ PROGRAMAS SOCIAIS

No que diz respeito às famílias que são atendidas por programas sociais, observa-se que a maior incidência de atendimento é do Programa Bolsa Família com 29% das famílias da amostra entrevistada do Residencial contempladas. No tocante ao Benefício de Prestação Continuada, temos que 4% do total das famílias pesquisadas recebem este benefício. E por fim as demais famílias, que representam 66%, informaram que não receber qualquer tipo de benefício social. Tais informações estão elencadas a seguir na tabela 31.

TABELA 31: FAMÍLIAS ATENDIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Bolsa Família	20	29%
BPC	3	4%
Locação Social	0	0%
Nenhum	45	66%
TOTAL	68	100%

Fonte: Habitafor, pesquisa direta, visitas domiciliares, janeiro/2015.

8 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

8.1 IDENTIFICAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E ONG'S NA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

Abaixo, na tabela 32, é exposto um levantamento das associações e das organizações não governamentais (ONG's) existentes na área abrangida no bairro Serrinha e nos bairros adjacentes, localizados nas proximidades do Residencial São Bernardo. É importante frisar que não elencamos os demais equipamentos situados na área de abrangência da SER IV visto a longa distância da região do empreendimento.

TABELA 32: ASSOCIAÇÕES E ONG'S NO TERRITÓRIO DA SER IV				
NOME	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PÚBLICO ALVO	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
Associação das Humildes Servas do	Rua Madre Elisa Baldo, 771 - Serrinha	Educação	Adolescentes e jovens	2 km

Senhor				
Desafio Jovem do Ceará	Avenida Silas Munguba, 565 - Parangaba	Assistência Social	Dependentes químicos	4,8 km
Fundação Franklin Roosevelt	Rua Pumpunha, 111 - Serrinha	Educação	Criança, adolescente e família	1,1 km
Instituto Irmã GiulianaGalli	Rua Antônio Botelho, 715 -Serrinha	Educação	Criança e adolescente	2,3 km
Instituto Moreira de Sousa	Avenida Silas Munguba, 4241 - Serrinha	Assistência Social	Pessoas com deficiência intelectual	1,1 km

É importante pontuar frente a listagem das associações e ONG's acima que as mesmas se mostram como potenciais parceiras na execução das atividades propostas nos eixos de atuação do PTS. Mas também não se pode excluir outras associações e ONG's que estejam mais distantes fisicamente do empreendimento, mas que possam vir a ofertar importantes parcerias no trabalho social a ser realizado no Residencial São Bernardo.

9 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades (ANEXO C) versa sobre o conjunto de ações propostas organizadas de forma gradual, racional e lógica para a concretização dos objetivos do PTS. No cronograma de atividades é pontuada a demanda apresentada pelas famílias, o objetivo específico, a ação, as etapas de desenvolvimento da ação, os quantitativos de cada ação, os indicadores de processo e de resultado, os instrumentos de avaliação e os meses de execução.

Ressalta-se que, frente às demandas apresentadas pela comunidade, o através metodológico das atividades pode e deve ser modificado, desde que seja respeitado o orçamento previsto com justificativa técnica e prévio entendimento com a Unidade Executora – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tal alteração é pertinente para uma melhor adequação das técnicas aos objetivos de cada atividade, bem como à realidade da comunidade, visto que não alterará o valor contratual do objeto contratado.

9.1 DETALHAMENTO METODOLÓGICO DAS ATIVIDADES

A metodologia do Projeto constitui-se como condição fundamental para que as ações a serem desenvolvidas contribuam efetivamente para a satisfação das necessidades das famílias beneficiárias. Assim, o trabalho necessita ser sistematizado a partir de uma visão estratégica da realidade do público a ser trabalhado, assim como a organização e coordenação das ações a serem desencadeadas.

O trabalho social deve contar com uma metodologia participativa e ser motivado pela concepção de educação emancipatória, percebendo o indivíduo como um todo e inserido em um contexto social, econômico, político e cultural, reconhecendo-o como o principal sujeito propulsor de sua trajetória, capaz de discutir, refletir e realizar experiências que o ajude a superar contradições individuais e coletivas enfrentadas em seu cotidiano. Assim sendo, o processo metodológico a ser adotado nesse Projeto deverá ser desenvolvido com base na participação popular, de acordo com o contexto social, da população beneficiária, bem como, as peculiaridades da área de intervenção considerada, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, com o pleno exercício da cidadania da população contemplada e a autogestão.

As avaliações das ações devem acontecer ao longo da execução do Projeto e devem ter caráter participativo para que se possam incidir os ajustes necessários e/ou redirecionamento. Ressalta-se que a mobilização das famílias deverá ser pensada de forma a incentivar a máxima participação das famílias, e caso a participação não corresponda ao percentual mínimo estipulado, as formas de mobilização também deverão ser revistas.

Caso ações que não estejam contempladas nesse Projeto e, porventura, surjam no decorrer do processo, deverão ser articuladas a partir do diálogo, participação e construção permanente com a população, assim como, a possibilidade de parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais que poderão possibilitar novas ações complementares a esse projeto e que visam dar sustentabilidade posterior às ações do mesmo.

O material didático a ser utilizado nas atividades deverá contar com uma linguagem acessível que contemplem todas as possibilidades de compreensão do público. As atividades,

também, devem contar com meios lúdicos como dramatizações, colagens, fantoches, dinâmicas de grupo, rodas de conversa para otimizar a compreensão e sensibilização dos beneficiários. Além disso, é importante que as listas de frequência a serem utilizadas nas atividades devam conter além dos nomes dos participantes, o endereço (bloco/apartamento) dos mesmos.

Abaixo seguem as discriminações metodológicas de cada atividade a ser desenvolvida no PTS divididas pelos eixos de atuação:

9.1.1 EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

MOC - AÇÃO 1: Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

Como primeira atividade a ser realizada é necessário um número significativo de participação, esta ação se efetuará nas seguintes etapas: identificar o espaço e a sua disponibilidade para a implementação da oficina; mobilizar as famílias, de forma ativa, por intermédio de entrega de convites e afixação de cartazes; contatar e convocar as parcerias da HABITAFOR com o intuito de viabilizar a ação supracitada; executar a oficina; explanar acerca do que será realizado durante o trabalho de intervenção (origem de recursos, item de investimento, quantidade de famílias, serviços propostos, prazo de execução, equipe técnica executora do Projeto de Trabalho Social); esclarecer sobre a relevância da participação comunitária; oportunizar um momento para a avaliação, questionamento, sugestão e expectativa acerca do Trabalho Social. No que se alude ao processo de avaliação do TS os meios de verificação serão registros fotográficos, lista de frequência, lista de presença das lideranças identificadas, relatório descritivo constando os principais levantamentos acerca da avaliação, sugestão, questionamento, expectativa, dentre outros; e, por fim, ata da atividade.

MOC - AÇÃO 2: Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária e condominial com as lideranças representativas do Residencial.



Almejando ampliar a capacidade e habilidade de gestão comunitária das lideranças representativas, esta atividade será realizada nas seguintes etapas: contatar as parcerias que são responsáveis pela Assessoria Comunitária e afins, assim como com a Coordenadoria de Políticas Comunitárias (CPCOM) da HABITAFOR; mobilização através da distribuição de convites; realização da capacitação por meio de oficinas dinâmicas e participativas nas quais abordarão pautas de organização e gestão comunitária e condominial (pode-se também abordar a importância do síndico e da Comissão Gestora na organização de um empreendimento do PMCMV; assim como esclarecer que qualquer beneficiário pode ingressar em tal Comissão; ainda pode-se utilizar temas que perpassem as temáticas de manutenção e segurança preventiva das áreas comuns, integração e convivência comunitária, inadimplência e responsabilidades do síndico); apresentar vídeos educativos, bem como cartilhas informativas. Por último, deve-se avaliar a referida ação através dos seus meios de verificação.

MOC – AÇÃO 3: Plantão Social (pouso mensal)

Esta atividade será realizada junto à população beneficiária através da aplicação de instrumental específico a fim de se identificar as demandas geradas pela população do empreendimento e a partir delas estabelecer uma interlocução entre os entes públicos competentes visando dar respostas a tais demandas. O mecanismo de divulgação desta ação é por meio de afixação de cartazes. O registro da execução da efetividade da mesma poderá ser confirmado mediante registro em livro de ocorrências, ficha de atendimento individual e encaminhamento de relatório, se necessário. No que se refere ao processo de avaliação, os mecanismos de verificação serão a cópia do instrumental de mobilização, relato descritivo e protocolo do atendimento com a assinatura da família atendida, *feedback* dos encaminhamentos realizados, instrumental de avaliação de atividade e registros fotográficos. Por tratar-se de uma atividade continuada cuja adesão está atrelada à procura espontânea da população não se estabelece aqui um percentual mínimo de participação na mesma.

MOC – AÇÃO 4: Participação nas atividades do Eixo de Gestão Condominial e Patrimonial.

Esta ação deve ser realizada conjuntamente com a empresa contratada responsável pelo desenvolvimento das atividades do Eixo de Gestão Condominial e Patrimonial. Deste feito, trata-se mais de um acompanhamento às ações que serão desenvolvidas, sobretudo com a Comissão Gestora do Residencial. A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua execução através da identificação da porcentagem de famílias presentes através das listas de frequência e de registros fotográficos.

MOC – AÇÃO 5: Reunião das famílias beneficiadas com os gestores dos equipamentos públicos para esclarecimentos acerca da gestão, do acesso e serviços disponíveis.

Para a ocorrência dessa ação deve-se proceder a articulação prévia junto aos órgãos públicos, para fins de identificação e socialização da oferta de serviços/atividades de utilidade pública existentes em equipamentos na região. Deve-se realizar tal ação com o máximo de órgãos existentes na Regional de abrangência e entorno do empreendimento. Então, esta ação se efetuará nas seguintes etapas: contatar as parceiras; mobilizar as famílias, de forma ativa, por intermédio de entrega de convites e afixação de cartazes; realizar reuniões com as famílias beneficiadas e os parceiros para apresentar o plano de gestão e serviços de manutenção e de funcionamento dos equipamentos; executar palestras sobre a noção de posse e cidadania, divulgação dos equipamentos no entorno e as condições de acesso aos mesmos; realizar avaliação junto à comunidade dos equipamentos apresentados; por fim a atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através dos meios de verificação que serão os relatos descritivos e o protocolos da mobilização, relatos descritivos das atividades, listas de frequências, instrumental de avaliação das atividades e dos equipamentos sociais e registros fotográficos.

MOC – AÇÃO 6: Ação de Cidadania com a oferta de serviços em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

Tendo em vista a relevância da socialização entre as representações comunitárias do residencial e as famílias beneficiárias, esta ação se constituirá nas seguintes etapas: contatar as parcerias como a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria Municipal da Saúde, (SMS), a Secretaria Executiva Regional IV (SER IV), a Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), a Secretaria Municipal de Cidadania de Direitos Humanos (SCDH), a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Seculfor), a Secretaria Executiva Regional IV (SER IV), o Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senac) e os equipamentos particulares; contatar a Coordenadoria de Políticas Comunitárias (CPCOM) da HABITAFOR; mobilizar as famílias, de forma ativa, por intermédio de entrega de convites e afixação de cartazes; realizar ações como a verificação da glicemia capilar e pressão arterial, distribuição de material com informações acerca das doenças venéreas (Aids, hepatite, gonorreia, sífilis, etc.), esclarecimento sobre o Programa Bolsa Família e os pólos de atendimento, obtenção do registro geral (RG), o cadastro de pessoa física (CPF), a carteira de trabalho e previdência social (CTPS) e a disponibilização de corte de cabelo e estética. Por fim, avaliar a atividade. Quanto ao processo avaliativo, os meios de verificação serão os relatórios das atividades, as frequências das atividades, o instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos.

MOC – AÇÃO 7: Avaliação de pós-execução das atividades realizadas pelo Trabalho Social, através de instrumental próprio para posterior apresentação dos dados coletados.

Como forma de apreender o resultado acerca do trabalho desenvolvido pelo Trabalho Social, bem como o nível de satisfação das famílias beneficiadas esta ação se dará através da visita *in loco* em cada unidade habitacional, onde por meio de um instrumental avaliativo a ser elaborado e/ou adaptado e aplicar um instrumental específico baseado na Matriz de Indicadores da avaliação de pós-ocupação. Após a essa etapa deverão sistematizar os dados obtidos através de tabulação e a

análise dos mesmos para a elaboração de material áudio visual e relatório conclusivo. Após ainda deverá ser apresentado um seminário mostrando os resultados aos moradores do Residencial, uma painel histórico de toda a intervenção e por fim proceder a finalização oficial do PTS junto às famílias. Os indicadores de efetividade do processo serão baseados no número de instrumentais aplicados, porcentagem dos participantes, nível de participação e nível de avaliação do processo.

9.1.2 EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

ESA – AÇÃO 1: Oficinas sobre a gestão de resíduos sólidos.

Visando a necessidade de divulgação sobre a importância da conservação do meio ambiente, idealizando a sua sustentabilidade, esta ação se realizará nas etapas que seguem: contatar as parcerias como a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e entidades que trabalhem com educação ambiental; mobilizar as famílias por meio de convites e cartazes; realizar oficinas que oportunizem informações sobre o descarte de resíduos sólidos e orgânicos, como também a vivência prática (implantação de lixeiras de rejeite seletivo no Residencial) de descarte com as famílias beneficiárias e, por fim, avaliar a atividade. Quanto ao processo de avaliação, os meios de verificação serão os relatórios das atividades, as frequências, o instrumental de avaliação das atividades e os registros fotográficos.

ESA – AÇÃO 2: Plantio de árvores.

Devido à necessidade de arborização do residencial por motivos de ausência de áreas verdes nos espaços coletivos, esta atividade se constitui nas etapas que seguem: contatar a parceria responsável pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) para a participação no evento e disponibilização de mudas; mobilizar os moradores por meio de afixação de cartazes; realizar dinâmicas com os participantes com intuito de intensificar a importância da arborização; efetuar o plantio das árvores (com locais a serem indicados pelos próprios moradores); realizar o

apadrinhamento de cada árvore para a viabilização do cuidado posterior com a mesma após a efetuação da atividade; sugerir a nomeação das árvores com nomes indicados e importantes para os próprios moradores do Residencial e, por último, a avaliar a atividade. No que se refere ao processo avaliativo, os meios de verificação serão relatório de atividade, frequência, instrumental da avaliação e registros fotográficos.

ESA – AÇÃO 3: Oficinas sócioeducativas sobre "Álcool, crack e outras drogas" com os adolescentes do Residencial.

Esta atividade consiste nas seguintes etapas: contatar parcerias como a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Coordenadoria da Juventude, a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (CPDrogas) e a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Seculfor); mobilizar os adolescentes/jovens, de forma ativa, por intermédio de entrega de convites e afixação de cartazes; realizar campanhas socioeducativas acerca da temática do uso abusivo de substâncias psicoativas e sobre o elitismo, visando o impacto que os mesmos podem trazer para a vida desse público; executar a distribuição de cartilhas informativas e apresentar vídeos educativos. Por último, avaliar a atividade citada. No que se alude ao processo de avaliação, os meios de verificação serão o relato descritivo e o protocolo de mobilização, listas de frequências, relatos descritivos das atividades, instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos.

ESA – AÇÃO 4: Oficinas criativas ambientais.

Tendo em vista a pertinência de estímulos de novos hábitos sanitários, ambientais e a integração comunitária, esta ação se compõe nas seguintes etapas: contatar parceria com a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA); mobilizar as famílias, de forma ativa, por intermédio de entrega de convites e afixação de cartazes; organizar e realizar oficinas criativas que abordem as temáticas de desenhos, brincadeiras, atividades educativas, dentre outros; que discutam de maneira dinâmica e participativa novas formas de hábitos sanitários e atitudes



ambientais; realizar a distribuição de cartilhas informativas e por fim, avaliar a ação. No que tange a verificação da execução, os meios serão o relato descritivo e o protocolo de mobilização, listas de frequências, relatos descritivos das atividades, instrumental de avaliação da atividade e registros fotográficos.

ESA – AÇÃO 5: Campanha educativa de vacinação.

A campanha busca conscientizar e disseminar por meio da promoção a redução de doenças que comumente surgem na população e que podem ser evitadas com a devida imunização, estimulando a população a compreender a necessidade de atualizar os cartões de vacinação das crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos. Para sua execução e difusão da campanha entre os moradores, faz-se necessário firmar parcerias com a SMS, Distrito de Saúde da Regional IV, unidade básica de saúde de referência, mobilizar as famílias através de afixação de cartazes. Na ocasião da campanha deverão ser distribuídas cartilhas informativas e serem sorteados brindes aos participantes da ação. Concernente a verificação da execução da mesma é possível através da composição de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos, instrumental de avaliação da atividade.

9.1.3 EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

GTR – AÇÃO 1: Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.

A oficina objetiva esclarecer à população residente no empreendimento sobre os benefícios oriundos do Cadastro Único tais como tarifa social de energia, carteira nacional de habilitação popular, telefone popular, isenção de concursos públicos federais, Programa Bolsa Família, Carteira Nacional do Idoso, Passe-Livre para Pessoa com Deficiência e outros programas, projetos e benefícios criados localmente. Deverá ser procedida articulação junto à SETRA; os meios de



divulgação da atividade serão através de convites e afixação de cartazes. Além da apresentação de todos os benefícios, a equipe técnica deverá realizar os encaminhamentos das famílias que necessitam atualizar a inscrição para atendimento junto a Setra; organizar a relação das famílias encaminhadas e, por último, avaliar a atividade. Quanto aos mecanismos de verificação, estes serão o relatório da atividade, a frequência, a lista de encaminhamentos que foram ocorridos à Setra, instrumental de avaliação e, por último, avaliar a ação.

GTR – AÇÃO 2: Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).

As oficinas objetivam incentivar a readequação da renda da família, a fim de que a quantia anteriormente disponibilizada para custeio de aluguel seja utilizada para sustento e bem estar da família, evitando o acúmulo de dívidas e uso desregrado da renda de forma a comprometer o orçamento a tal ponto que impossibilite a manutenção no empreendimento e as condições mínimas para o sustento e a sobrevivência da família. Sua execução se dará por meio de articulação e contato com instituições do ramo (Universidades, ONG's, SDE) ; mobilização das famílias por intermédio de entrega de convites; realização de oficinas dinamizadas e participativas que abranjam as temáticas de economia doméstica e financeira, através de vídeos educativos e distribuição de cartilhas educativas. Quanto aos meios de verificação e o processo avaliativo serão organizados da seguinte maneira: o relatório da atividade, a lista de frequência, o instrumental avaliativo e registros fotográficos.

GTR – AÇÃO 3: Curso profissionalizante na área de informática avançada.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 40h/aula (4h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. Para sua execução será necessário articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área de informática, entre os

quais se destacam SETRA, SENAC, SDE, Rede CUCA Jangurussu e entidades privadas; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A proposição deste curso se dá considerando as variáveis específicas obtidas através do diagnóstico social que revelam o perfil educacional e socioeconômico da população vislumbrada para este trabalho social considerando a incidência de membros que concluíram o nível médio, expresso em 19%, que possuem curso técnico incompleto ou completo, 4% e ainda aqueles que cursam ou concluíram grau superior, 14% dentre os moradores. Frente ao grau de escolaridade indicado, pressupõe-se que os beneficiários possuem vivência básica de informática, sendo assim possível planejar um curso em nível avançado para enriquecer os conhecimentos dos usuários. Considera-se também que em bairros circunvizinhos (como exemplo Maraponga e Passaré) tem-se um perfil de alta e média concentração de estabelecimentos comerciais formais, conforme pesquisa realizada no ano de 2014 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o que pode facilitar a empregabilidade pós o curso. Quanto aos meios de verificação e o processo avaliativo serão organizados da seguinte maneira: o relatório da atividade, a lista de frequência, o instrumental avaliativo e registros fotográficos.

GTR – AÇÃO 4: Curso profissionalizante na área de rotinas administrativas.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 40h/aula (4h diárias) de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. Para sua execução será necessário articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área de rotinas administrativas, entre os quais destaca-se o SENAC e entidades privadas; entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá



ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A proposição deste curso se dá considerando que a área de rotinas administrativas é bastante abrangente o que facilita a inserção no mercado de trabalho, bem como que em bairros circunvizinhos (como exemplo Maraponga e Passaré) tem-se um perfil de alta e média concentração de estabelecimentos comerciais formais, conforme pesquisa realizada no ano de 2014 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o que pode facilitar a empregabilidade pós o curso. Quanto aos meios de verificação e o processo avaliativo serão organizados da seguinte maneira: o relatório da atividade, a lista de frequência, o instrumental avaliativo e registros fotográficos.

9.2 FONTES DE PARCERIAS

A execução das ações do PTS antevê a participação de outros órgãos municipais e/ou instituições privadas através da formação de parcerias com as mesmas, estratégia fundamental para a execução das metas estabelecidas.

SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SETRA)

É a Secretaria responsável pela efetivação da política de assistência social em Fortaleza. Possui ação descentralizada através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). O CRAS tem o objetivo de trabalhar o fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e na execução do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) através da concessão de benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família, o BPC, dentre outros, e com o acompanhamento das famílias beneficiárias. O CREAS por sua vez, se caracteriza pelo atendimento de famílias que estejam em situação de violação de direitos, e é o responsável pela execução de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), tratando de situações de violência e/ou abuso, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, medidas de proteção, trabalho infantil, e demais casos onde ocorreu a violação de direitos. A SETRA também é encarregada por

coordenar as Políticas de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a geração de emprego e renda e buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

Criada pelo Decreto nº 13.128/2013, a SDE tem o objetivo de realizar ações de desenvolvimento econômico autossustentável no município de Fortaleza. A Secretaria trabalha em dois eixos: empreendedorismo e atração de investimentos. O empreendedorismo visa estimular os micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, através de atividades de capacitação e de articulação com outras entidades, como bancos, para firmar parcerias e estreitar a relação com o empreendedor. Por sua vez a atração de investimentos trabalha na perspectiva de atrair os diversos tipos de negócios para Fortaleza.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)

A SMS tem a função de ofertar os serviços do Sistema Único de Saúde no município de Fortaleza, atendendo as necessidades de saúde da população. Sua atuação consiste na ação conjunta em dois níveis distintos: a atenção primária e secundária, que executa a política municipal de saúde de forma descentralizada por meio dos diversos equipamentos existentes, tais como: postos de saúde, hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS's) e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO's). A SMS ainda fornece outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Farmácia Popular e a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Riscos Biológicos.

SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL IV (SER IV)

A Secretaria Regional IV foi inaugurada em 25 de abril de 1997. Com área territorial de 34.272 km², esta regional abrange 19 bairros e seu perfil socioeconômico é caracterizado por

serviços, com uma das maiores e mais antigas feiras livres da cidade, a da Parangaba, além vários corredores comerciais, entre eles, o da Avenida Gomes de Matos, no Montese. Sua população é de cerca de 305 mil habitantes, segundo censo do IBGE. O bairro mais populoso é o da Parangaba, com cerca de 32.840 mil habitantes; e o menos populoso é o Dendê, com apenas 2.480. Um ponto relevante é que a Regional possui a segunda maior emergência do Estado do Ceará, o Frotinha da Parangaba, que realiza uma média de 16 mil atendimentos por mês.

SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (SEUMA)

Entidade que regula e fiscaliza as questões pertinentes ao planejamento e controle do meio ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Possui como objetivo realizar ações de planejamento e controle do município de Fortaleza, dotando a cidade de um plano diretor com suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), fiscalização integrada (urbano e ambiental).

EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO (EMLURB)

A EMLURB foi constituída pela Lei nº 6.223 de 28 de setembro de 1987, e é uma empresa pública de direito privado, integrante da administração indireta do município de Fortaleza. Dentre suas competências esta a administração do Horto Municipal Falconete Fialho, que é o responsável por fornecer plantas para serem colocadas nos espaços públicos, tais como ruas, avenidas e praças, corroborando assim para o paisagismo da cidade de Fortaleza. No Horto são cultivadas mudas de diversos tipos de vegetais, desde plantas frutíferas, ornamentais, medicinais, etc.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)

O SENAC é entidade privada sem fins lucrativos, mantida através de empresários do comércio de bens, serviços e turismo. Atua no âmbito da educação profissional por meio da oferta de cursos nas mais diversas áreas, objetivando formar trabalhadores capacitados.

CENTROS URBANOS DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE (CUCA's)

Os CUCA's inserem-se no Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir da qual todas as demais ações do Programa poderão ser potencializadas. São equipamentos públicos, localizados em diferentes regiões administrativas da cidade de Fortaleza.

Os CUCA's possuem capacidade de atender mil usuários por mês cada, ofertar e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada, nível da educação profissional oferecido de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, a promoção da saúde física e mental através das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição, bem como a sessão de espaços dos Cucas para a comunidade ensaiar e jogar, fazer apresentações e treinos em diversas atividades como: cosplay, swingueira, futebol de campo e de salão, teatro, artes marciais e capoeira. A Rede CUCA abrange três equipamentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e que executa atividades voltadas para a juventude, tendo como público alvo jovens com idades entre 15 a 29 anos. Atualmente estão em funcionamento três CUCA's, nos bairros: Barra do Ceará (Regional I), Mondubim (Regional V) e Jangurussu (Regional VI).

10 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

10.1 RECURSOS HUMANOS

10.1.1 EQUIPE TÉCNICA SOCIAL

A equipe técnica social a ser contratada deverá, obrigatoriamente, dispor de profissionais qualificados atendendo os requisitos mínimos exigidos e com experiência comprovada nas áreas de atuação a serem desenvolvidas nos serviços objeto deste PTS. Assim, a empresa contratada deve encaminhar à Unidade Executora Municipal os currículos comprovados dos profissionais ao início do Projeto, assim como, sempre que se fizer necessário, em casos de permuta de tais profissionais.

Com o intuito de garantir que as ações sejam desempenhadas de forma articulada ao longo dos 08 (meses) meses de execução do Projeto, reforça-se que a equipe deverá atuar em conjunto num viés interdisciplinar. Já os valores estabelecidos neste PTS para os técnicos sociais embasam-se em valores pagos por cooperativas a profissionais do Serviço Social que trabalhem sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza semelhante.

De forma detalhada a equipe técnica deverá ser composta por três profissionais. O primeiro (Assistente Social I) ficará responsável pela coordenação do TS e deve ser integrante do Poder Público Municipal vinculado a Unidade Proponente; e também deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, devidamente regulamentado no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos em trabalhos com projetos sociais. Este profissional não acarretará nenhum ônus ao TS, e sua função é de acompanhamento e fiscalização das atividades a serem realizadas; com isso não foi indicada a quantidade de horas a ser dispensada por tal profissional visto que o mesmo fará o devido acompanhamento mediante as possibilidades da Proponente.

O segundo profissional (Assistente Social II) a ser contratado pela empresa terceirizada deverá ter graduação em Serviço Social e o devido registro no conselho regional de classe. Este profissional deverá atuar junto à execução e supervisão das atividades previstas no TS, sendo o profissional de referência para atestar a execução das ações realizadas.

Por fim, o terceiro profissional (Assistente Social III) também a ser contratado pela empresa deverá do mesmo modo ser um Assistente Social, com a devida graduação registro no conselho regional de classe; e será responsável por igualmente executar as atividades previstas nos eixos do Trabalho Social.

No quadro abaixo as informações referentes à composição da equipe técnica:



RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL

Profissional	Requisitos	Atribuição	Quant.	Horas Técnicas (quantidade)	Valor por hora (R\$)	Valor Total (R\$)
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro no Conselho Regional de Serviço Social; Possuir experiência em prática profissional em ações sócioeducativas em intervenções de Habitação. (Hellylane Pinheiro Mendonça, Assistente Social, CRESS nº 4816, HABITAFOR/PMF)	Responsável Técnico – RT (Coordenação do Trabalho Social): Irá coordenar, supervisionar e acompanhar a execução do TS, atestando a execução das atividades programadas.	1	—	0,00	0,00
<u>Assistente Social II</u>	Graduação em Serviço Social; Registro no Conselho profissional; possuir experiência comprovada de no mínimo 02 anos em projetos que envolvam planejamento, desenvolvimento e participação comunitária com famílias de baixa renda e capacitação de lideranças. Profissional a ser contratado pela empresa licitada.	Responsável pela execução das atividades previstas e pela supervisão em conjunto com o coordenador do Trabalho Social da Proponente, de forma a atender as determinações da fiscalização do Ente Público.	1	141	46,04	6.491,64
<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Experiência comprovada com associativismo, e/ou cooperativismo, e/ou sócio-economia solidária, e/ou formação de grupos produtivos, e/ou desenvolvimento de projetos comunitários para geração de trabalho e renda; bem como experiência comprovada em projetos que envolvam educação sanitária e ambiental. Profissional a ser contratado pela empresa licitada.	Desenvolver atividades relacionadas aos eixos de atuação do TS.	1	171	46,04	7.872,84
Total da equipe técnica (1)						14.364,48
Despesas indiretas (2)						3.591,12
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						624,85
Despesas Financeiras (1%)						143,64
Imprevistos (3%)						430,93
COFINS (3%)						430,93
PIS/PASEP (0,65%)						93,37
ISS (5%)						718,22
Lucro (8%)						1.149,16
TOTAL GERAL (1 + 2)						17.955,60



10.1.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULO

A empresa contratada deverá locar um veículo que será utilizado para a locomoção dos técnicos sociais até o Residencial São Bernardo no cumprimento das atividades do Projeto de Trabalho Social, considerando os 08 (oito) meses de execução do supracitado Projeto.

LOCAÇÃO DE VEÍCULO						
Item	Especificação	Quant.	Quant. de ações	Valor por ações	Período (meses)	Valor Total
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	16	277,50	8	4.440,00
Total (1)						4.440,00
Despesas Indiretas (2)						1.110,00
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						193,14
Despesas Financeiras (1%)						44,40
Imprevistos (3%)						133,20
COFINS (3%)						133,20
PIS/PASEP (0,65%)						28,86
ISS (5%)						222,00
Lucro (8%)						355,20
TOTAL GERAL (1 + 2)						5.550,00

10.1.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS

Para o cumprimento de algumas ações planejadas nesse PTS dever-se-á contratar serviços de terceiros que venham apoiar a equipe técnica social e viabilizar a execução das mesmas. Deste feito, o quadro abaixo demonstra a previsão orçamentária dos serviços e adverte-se que os fornecedores dos mesmos devem ser tecnicamente reconhecidos no mercado.

SERVIÇOS DE TERCEIROS					
Item	Objeto	Unidade	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Total
Data show	Aluguel com tela de projeção e som	9	—	120,00 (custo diário por data show)	1.080,00

Carrinho de pipoca	Aluguel de carrinho de pipoca	6	—	100,00	600,00
Carrinho de algodão doce	Aluguel de carrinho de algodão doce	4	—	100,00	400,00
Carrinho de picolé	Aluguel de carrinho de picolé	5	—	100,00	500,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Conjunto de 1 mesa + 4 cadeiras	12	—	9,00 (custo diário por conjunto de mesa/cadeira)	108,00
Empresa técnica especializada na área do curso (informática avançada) (Ação 03 - GTR)	1 turma (40h cada / 4h por dia)	10 dias por turma	500,00 (valor diário)	5.000,00	5.000,00
Empresa técnica especializada na área do curso (rotinas administrativas) (Ação 04 - GTR)	1 turma (40h cada / 4h por dia)	10 dias por turma	500,00 (valor diário)	5.000,00	5.000,00
Total (1)					12.688,00
Despesas Indiretas (2)					3.172,00
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					551,93
Despesas Financeiras (1%)					126,88
Imprevistos (3%)					380,64
COFINS (3%)					380,64
PIS/PASEP (0,65%)					82,47
ISS (5%)					634,40
Lucro (8%)					1.015,04
TOTAL GERAL (1 + 2)					15.860,00

10.1.4 MATERIAL DE CONSUMO

Nos quadros abaixo são apresentados os valores referentes aos itens de materiais de consumo indispensáveis à execução das ações propostas nos eixos MOC, ESA e GTR. Os valores atinentes aos materiais são para a utilização das atividades ao longo dos 08 (oito) meses de execução do Projeto de Trabalho Social.

MATERIAL DE CONSUMO - MOC	
Ação	Valor Total (R\$)
Ação 1	1.594,88
Ação 2	287,10
Ação 3	131,20



Ação 4	26,70
Ação 5	854,30
Ação 6	1.456,20
Ação 7	1.091,85
Total (1)	<u>5.442,23</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>1.360,56</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	236,74
Despesas Financeiras (1%)	54,42
Imprevistos (3%)	163,27
COFINS (3%)	163,27
PIS/PASEP (0,65%)	35,37
ISS (5%)	272,11
Lucro (8%)	435,38
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>6.802,79</u>

MATERIAL DE CONSUMO - ESA	
Ação	Valor Total
Ação 1	789,26
Ação 2	803,10
Ação 3	461,65
Ação 4	535,95
Ação 5	917,10
Total (1)	<u>3.507,06</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>876,77</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	152,56
Despesas Financeiras (1%)	35,07
Imprevistos (3%)	105,21
COFINS (3%)	105,21
PIS/PASEP (0,65%)	22,80
ISS (5%)	175,35
Lucro (8%)	280,56
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>4.383,83</u>

MATERIAL DE CONSUMO - GTR	
Ação	Valor Total
Ação 1	219,70
Ação 2	657,35
Ação 3	899,40



Ação 4	461,40
Total (1)	<u>2.237,85</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>559,46</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	97,35
Despesas Financeiras (1%)	22,38
Imprevistos (3%)	67,14
COFINS (3%)	67,14
PIS/PASEP (0,65%)	14,55
ISS (5%)	111,89
Lucro (8%)	179,03
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>2.797,31</u>

11 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução (ANEXO E) apresenta as 16 (dezesesseis) ações previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, bem como o quantitativo de atividades a serem distribuídos nos 08 (oito) meses de execução do Trabalho Social.

As ações do MOC previstas são ao todo 07 (sete) e devem ser subdivididas ao longo dos meses totalizando 28 (vinte e oito) atividades. Já o eixo ESA possui 05 (cinco) ações que ao serem divididas ao longo dos meses totalizam 08 (oito) atividades. Por fim, o GTR compreende 04 (quatro) ações que são subdivididas em 07 (sete) atividades que promovem iniciativas de geração de trabalho e renda.

12 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro (ANEXO F) é referente aos recursos contratados para o PTS, vinculado as atividades previstas para os eixos MOC, ESA e GTR, a serem distribuído nos 08 (oito) meses de execução. As despesas indiretas já estão contempladas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento), e assim divididas: 4,35% de despesas operacionais administrativas,

1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 3% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

13 DISCRIMINAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES

É pertinente explicar frente à discriminação financeira das atividades que os lanches a serem ofertados pela empresa contratada devem obedecer ao padrão de um suco de caixinha (200 ml) ou refrigerante (250 ml) com um sanduíche misto (queijo e presunto) ou cachorro quente. Ressalta-se que devem constar nos lanches a data de fabricação e a validade conforme as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Caso ocorra a necessidade de mudança do tipo de lanche ora indicado, recomenda-se que isso deva ocorrer em comum acordo com a Unidade Executora Municipal e de forma antecipada.

EIXO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)

01. Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	120	2,50	300,00
Convite P/B	Unid	80	0,12	9,60
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	108	0,12	12,96
Grampeador*	Unid	2	15,50	31,00
Clipes pequenos*	Caixa	6	1,70	10,20
Clipes grandes*	Caixa	6	2,10	12,60
Grampos*	Caixa	4	3,20	12,80
Extrator de grampo*	Unid	2	2,70	5,40
Cola branca (500g)*	Unid	2	7,99	15,98
Fita adesiva (durex)*	Unid	4	2,15	8,60
Fita adesiva (gomada)*	Unid	7	8,52	59,64
Cartucho colorido*	Unid	5	29,90	149,50
Cartucho P/B*	Unid	10	67,10	671,00
Régua*	Unid	2	1,75	3,50
Perfurador*	Unid	1	5,40	5,40
Marca texto*	Unid	6	2,63	15,78



Lápis*	Caixa	2	20,90	41,80
Borracha*	Unid	3	3,40	10,20
Apontador*	Unid	3	1,90	5,70
Corretivo*	Unid	3	2,44	7,32
Caneta esferográfica*	Caixa	2	25,00	50,00
Crachá*	Unid	5	4,50	22,50
Pen drive*	Unid	2	17,00	34,00
Papel A4*	Resma	5	16,70	83,50
Almofada para carimbo*	Unid	1	3,40	3,40
Total material de consumo (1)				<u>1.594,88</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>120,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	5	1	46,04	230,20
Assistente Social III	5	1	46,04	230,20
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				<u>737,90</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>2.452,78</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>613,20</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				106,70
Despesas Financeiras (1%)				24,53
Imprevistos (3%)				73,58
COFINS (3%)				73,58
PIS/PASEP (0,65%)				15,94
ISS (5%)				122,64
Lucro (8%)				196,22
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>3.065,98</u>

* Material reutilizável nas demais atividades.

** Esta atividade contará com o apoio da Unidade Executora Local (UEL).

02. Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária e condominial com as lideranças representativas do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	60	2,50	150,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	2	3,70	7,40
Aluguel de vídeo educativo	Unid	2	4,50	9,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	30	2,35	70,50
Cópia simples	Unid	60	0,12	7,20



Convite colorido	Unid	60	0,30	18,00
Total material de consumo (1)				<u>287,10</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	2	120,00	240,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>240,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	20	1	46,04	920,80
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				<u>1.198,30</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.725,40</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>431,35</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				75,05
Despesas Financeiras (1%)				17,25
Imprevistos (3%)				51,76
COFINS (3%)				51,76
PIS/PASEP (0,65%)				11,22
ISS (5%)				86,27
Lucro (8%)				138,03
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.156,75</u>

03. Plantão social (pouso mensal na Comunidade).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	80	1,25	100,00
Livro de ata	Unid	2	6,00	12,00
Cópia simples	Unid	160	0,12	19,20
Total material de consumo (1)				<u>131,20</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	36	1	46,04	1.657,44
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				<u>1.934,94</u>
Total (1 + 2)				<u>2.066,14</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>516,54</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				89,88
Despesas Financeiras (1%)				20,66
Imprevistos (3%)				61,98
COFINS (3%)				61,98
PIS/PASEP (0,65%)				13,43
ISS (5%)				103,31
Lucro (8%)				165,29



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				2.582,68
--------------------------------	--	--	--	-----------------

04. Participação nas atividades de Gestão condominial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta	Unid	10	1,00	10,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Total material de consumo (1)				26,70
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	16	1	46,04	736,64
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				1.014,14
Total (1 + 2)				1.040,84
Despesas Indiretas (3)				260,21
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				45,28
Despesas Financeiras (1%)				10,41
Imprevistos (3%)				31,23
COFINS (3%)				31,23
PIS/PASEP (0,65%)				6,77
ISS (5%)				52,04
Lucro (8%)				83,27
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				1.301,05

05. Reunião das famílias beneficiadas com os gestores dos equipamentos públicos para esclarecimentos acerca da gestão, do acesso e serviços disponíveis.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	240	2,50	600,00
Cartaz colorido	Unid	30	1,25	37,50
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Convite P/B	Unid	240	0,12	28,80
Total material de consumo (1)				854,30
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	3	120,00	360,00
Total serviços de terceiros (2)				360,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	24	1	46,04	1.104,96
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				1.382,46
Total (1 + 2)				2.596,76
Despesas Indiretas (3)				649,19



Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	112,96
Despesas Financeiras (1%)	25,97
Imprevistos (3%)	77,90
COFINS (3%)	77,90
PIS/PASEP (0,65%)	16,88
ISS (5%)	129,84
Lucro (8%)	207,74
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)	<u>3.245,95</u>

06. Ação de Cidadania com a oferta de serviços em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	250	2,50	625,00
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00
Cópias simples	Unid	160	0,12	19,20
Camisas	Unid	80	9,00	720,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Bandeirinhas	Pct	10	2,50	25,00
Total material de consumo (1)				<u>1.456,20</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	8	9,00	72,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>672,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social II	20	1	46,04	920,80
Assistente Social III	20	1	46,04	920,80
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				<u>2.119,10</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>4.247,30</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.061,83</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				184,76
Despesas Financeiras (1%)				42,47
Imprevistos (3%)				127,42
COFINS (3%)				127,42
PIS/PASEP (0,65%)				27,61
ISS (5%)				212,37
Lucro (8%)				339,78



TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				5.309,13
------------------------------------	--	--	--	-----------------

07. Avaliação de pós-execução das atividades realizadas pelo Trabalho Social, através de instrumental próprio para posterior apresentação dos dados coletados.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	200	2,50	500,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópias simples	Unid	80	0,12	9,60
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Pasta A-Z	Unid	10	1,05	10,50
Cópias do instrumental de avaliação	Unid	80	0,35	28,00
Banner	Unid	1	30,00	30,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Barbante	Rolo	1	6,50	6,50
Bandeirinhas	Pct	10	2,50	25,00
Bonés	Unid	80	5,50	440,00
Total material de consumo (1)				1.091,85
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	1	120,00	120,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				420,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social II	20	1	46,04	920,80
Assistente Social III	20	1	46,04	920,80
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				2.119,10
Total (1 + 2 + 3)				3.630,95
Despesas Indiretas (4)				907,74
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				157,95
Despesas Financeiras (1%)				36,31
Imprevistos (3%)				108,93
COFINS (3%)				108,93
PIS/PASEP (0,65%)				23,60
ISS (5%)				181,55
Lucro (8%)				290,48
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				4.538,69



EIXO EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

01. Oficinas sobre a gestão de resíduos sólidos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	150	2,50	375,00
Convite P/B	Unid	120	0,12	14,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Lixeira para coleta seletiva	Unid	4	61,19	244,76
Cópia simples	Unid	240	0,12	28,80
Papel madeira	Unid	20	0,60	12,00
Canetinha	Pacote	4	3,95	15,80
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Caneta esferográfica	Caixa	3	25,00	75,00
Total material de consumo (1)				<u>789,26</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				<u>1.106,22</u>
Total (1 + 2)				<u>1.895,48</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>473,87</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				82,45
Despesas Financeiras (1%)				18,95
Imprevistos (3%)				56,86
COFINS (3%)				56,86
PIS/PASEP (0,65%)				12,32
ISS (5%)				94,77
Lucro (8%)				151,64
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>2.369,35</u>

02. Plantio de árvores.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Água mineral	Copo	80	0,65	52,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Bonés	Unid	80	5,50	440,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Barbante	Rolo	1	6,50	6,50
Total material de consumo (1)				<u>803,10</u>



Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>200,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	46,04	460,40
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				<u>737,90</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.741,00</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>435,25</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				75,73
Despesas Financeiras (1%)				17,41
Imprevistos (3%)				52,23
COFINS (3%)				52,23
PIS/PASEP (0,65%)				11,32
ISS (5%)				87,05
Lucro (8%)				139,28
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.176,25</u>

03. Oficinas socioeducativas sobre "Álcool, crack e outras drogas" com os adolescentes do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	80	2,50	200,00
Convite P/B	Unid	80	0,12	9,60
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Aluguel de vídeo educativo	Unid	2	4,50	9,00
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	1	3,70	3,70
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Papel madeira	Unid	6	0,60	3,60
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Balão	Pacote	4	3,25	13,00
Canetinha	Pacote	2	3,95	7,90
Total material de consumo (1)				<u>461,65</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Data show (aluguel com tela de projeção e som)	Unid	2	120,00	240,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>240,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	46,04	460,40
Locação de veículo	—	1	—	277,50



Total recursos humanos (3)				737,90
Total (1 + 2 + 3)				1.439,55
Despesas Indiretas (4)				359,89
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				62,62
Despesas Financeiras (1%)				14,40
Imprevistos (3%)				43,19
COFINS (3%)				43,19
PIS/PASEP (0,65%)				9,36
ISS (5%)				71,98
Lucro (8%)				115,16
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				1.799,44

04. Oficinas criativas ambientais.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Convite colorido	Unid	80	0,30	24,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Papel madeira	Unid	20	0,60	12,00
Balão	Pacote	5	3,25	16,25
Canetinha	Pacote	3	3,95	11,85
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Total material de consumo (1)				535,95
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				200,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	16	1	46,04	736,64
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				1.014,14
Total (1 + 2 + 3)				1.750,09
Despesas Indiretas (4)				437,52
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				76,13
Despesas Financeiras (1%)				17,50
Imprevistos (3%)				52,50
COFINS (3%)				52,50
PIS/PASEP (0,65%)				11,38
ISS (5%)				87,50



Lucro (8%)				140,01
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.187,61</u>

05. Campanha educativa de vacinação.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Balão	Pacote	6	3,25	19,50
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Brinde	Unid	80	5,00	400,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Papel madeira	Unid	6	0,60	3,60
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	1	3,50	3,50
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Canetinha	Pacote	2	3,95	7,90
Total material de consumo (1)				<u>917,10</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	4	9,00	36,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>236,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	46,04	460,40
Locação de veículo	___	1	___	277,50
Total recursos humanos (3)				<u>737,90</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>1.891,00</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>472,75</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				82,26
Despesas Financeiras (1%)				18,91
Imprevistos (3%)				56,73
COFINS (3%)				56,73
PIS/PASEP (0,65%)				12,29
ISS (5%)				94,55
Lucro (8%)				151,28
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>2.363,75</u>



EIXO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

01. Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Convite P/B	Unid	80	0,12	9,60
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	80	0,12	9,60
Total material de consumo (1)				<u>219,70</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	8	1	46,04	368,32
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				<u>645,82</u>
Total (1 + 2)				<u>865,52</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>216,38</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				37,65
Despesas Financeiras (1%)				8,66
Imprevistos (3%)				25,97
COFINS (3%)				25,97
PIS/PASEP (0,65%)				5,63
ISS (5%)				43,28
Lucro (8%)				69,24
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>1.081,90</u>

02. Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Convite P/B	Unid	320	0,12	38,40
Bloco para anotações	Unid	80	1,20	96,00
Aluguel de vídeo educativo	Unid	4	4,50	18,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	80	2,35	188,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Cópia simples	Unid	160	0,12	19,20
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00



Total material de consumo (1)				657,35
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (2)				1.106,22
Total (1 + 2)				1.763,57
Despesas Indiretas (3)				440,89
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				76,72
Despesas Financeiras (1%)				17,64
Imprevistos (3%)				52,91
COFINS (3%)				52,91
PIS/PASEP (0,65%)				11,46
ISS (5%)				88,18
Lucro (8%)				141,09
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				2.204,46

03. Cursos profissionalizantes na área de informática avançada.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Pen drive	Unid	30	14,60	438,00
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Bloco para anotações	Unid	30	1,20	36,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				899,40
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				5.000,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				1.106,22
Total (1 + 2 + 3)				7.005,62
Despesas Indiretas (4)				1.751,41
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				304,74
Despesas Financeiras (1%)				70,06
Imprevistos (3%)				210,17



COFINS (3%)				210,17
PIS/PASEP (0,65%)				45,54
ISS (5%)				350,28
Lucro (8%)				560,45
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				8.757,03

04. Curso profissionalizante na área de rotinas administrativas.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Camisas	Unid	30	9,00	270,00
Bloco para anotações	Unid	30	1,20	36,00
Certificado	Unid	30	2,50	75,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				461,40
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	1	5.000,00	5.000,00
Total serviços de terceiros (2)				5.000,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social III	18	1	46,04	828,72
Locação de veículo	—	1	—	277,50
Total recursos humanos (3)				1.106,22
Total (1 + 2 + 3)				6.567,62
Despesas Indiretas (4)				1.641,91
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				285,69
Despesas Financeiras (1%)				65,68
Imprevistos (3%)				197,03
COFINS (3%)				197,03
PIS/PASEP (0,65%)				42,69
ISS (5%)				328,38
Lucro (8%)				525,41
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				8.209,53

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é interessante pontuar que a execução do Trabalho Social nos empreendimentos do PMCMV deve ser tida como parte imprescindível dos grandes projetos arquitetônicos, visto que objetiva o protagonismo emancipatório dos beneficiários num viés de conciliação das ações previstas e propostas com realidade e perfil particular das famílias beneficiárias do Residencial São Bernardo.

Deste feito, almeja-se que este Trabalho Social a ser executado junto aos beneficiários do Residencial São Bernardo atinja satisfatoriamente todos os seus objetivos e metas, bem como traga resultados positivos e duradouros às famílias.

Hellylane Pinheiro Mendonça
Assistente Social/HABITAFOR
CRESS nº 4816 3ª região CE

George Mirson Sousa Vidal
Coordenador do Núcleo Social do PMCMV/HABITAFOR



ANEXOS





ANEXO A

(Ofício nº 1245/2014)





ANEXO B

(Resolução nº 47 de 27/08/2013)





ANEXO C

(Cronograma de Atividades)





ANEXO D

(Declaração de capacidade técnica)





ANEXO E

(Cronograma de Execução)





ANEXO F

(Cronograma Físico Financeiro)



